

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**GOVERNANÇA EM AMBIENTES DE INOVAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL: O SANTA MARIA TECNOPARQUE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Anderson Cougo da Cruz

Santa Maria, RS, Brasil

2016

**GOVERNANÇA EM AMBIENTES DE INOVAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: O SANTA
MARIA TECNOPARQUE**

Anderson Cougo da Cruz

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração, Área de Concentração em Estratégia em Organizações, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Administração

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Trevisan

Santa Maria, RS, Brasil

2016

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Administração**

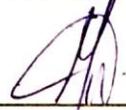
**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**GOVERNANÇA EM AMBIENTES DE INOVAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: O SANTA MARIA
TECNOPARQUE**

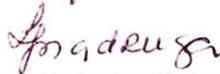
elaborado por
Anderson Cougo da Cruz

como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Administração

COMISSÃO EXAMINADORA:



Marcelo Trevisan, Dr.
(Presidente / Orientador)



Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga, Dra. (UFSM)



Luciana Londero Brandli, Dra. (UPF)

Santa Maria, 30 de junho de 2016.

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CRUZ, Anderson Cougo da
GOVERNANÇA EM AMBIENTES DE INOVAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: O SANTA MARIA
TECNOPARQUE / Anderson Cougo da CRUZ.-2016.
118 p.; 30cm

Orientador: Marcelo Trevisan
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Administração, RS, 2016

1. Governança 2. Parques Tecnológicos 3.
Desenvolvimento Regional Sustentável 4. Ambientes de
Inovação 5. Sustentabilidade I. Trevisan, Marcelo II.
Título.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, João Carlos e Neusa, e à minha irmã Franciane, pela oportunidade da educação e apoio na busca pelo conhecimento.

OBRIGADO!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nsa. Sra. Medianeira, pela saúde e proteção desde minha graduação até o curso de meu mestrado na Universidade Federal de Santa Maria.

Aos meus pais, João Carlos e Neusa, e à minha irmã Franciane, pela força e oportunidade para que eu chegasse ao fim de mais essa etapa, com a certeza de que o impossível somente existe se não tivermos a ousadia de fazer. Agradeço à minha família, eternamente, pelo incentivo.

Ao meu orientador, Prof^o. Dr. Marcelo Trevisan, pelos ensinamentos aprendidos, perseverança e por apostar em mim, desde as orientações para melhorar meu desempenho em sala de aula, no estágio docência, até as conversas teóricas, que auxiliaram no meu desenvolvimento acadêmico.

À Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA – UFSM), pelos amigos que conquistei, servidores e professores que com certeza marcaram meu aprendizado e conhecimento. Como também por oportunizar que eu os representasse em eventos e discussões.

Aos colegas de equipe do Pre-Sust RS, programa com envolvimento da Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com o apoio da Hochschule für Angewandte Wissenschaften Hamburg (HAW Hamburg), pelas ideias e conhecimentos compartilhados; sendo este um estudo do eixo Socio-Ambiental.

Ao Ministério da Educação (MEC – Governo Federal) por proporcionar uma educação de pós-graduação gratuita e de qualidade e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela oportunidade de bolsa de mestrado durante os dois anos de curso.

Aos meus colegas de mestrado e amigos, que me acompanharam e proporcionaram ótimos momentos, durante essa fase da vida acadêmica.

À equipe de diretoria e empresários do Santa Maria Tecnoparque e da Agência de Desenvolvimento de Santa Maria (ADESM), por contribuir de modo ímpar para a elaboração de meu estudo.

À banca examinadora que acompanhou meu trabalho desde a qualificação, a permitir seu aprimoramento, nas pessoas da Prof^a. Dr^a. Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga e Prof^a. Dr^a. Luciana Londero Brandli.

A todos que contribuíram para o sucesso deste estudo ou aos que estiveram presentes e contribuíram para que esse objetivo fosse alcançado.

E não menos importante, a você, que o está a ler, por ajudar a disseminá-lo e torná-lo maior com seus estudos e abordagens futuras. Ou também por agregar as práticas sustentáveis à sua rotina. Quem sabe assim, tenhamos um amanhã melhor, não é?

GRATO!

“Around here, however, we don't look backwards for very long. We keep moving forward, opening up new doors and doing new things...and curiosity keeps leading us down new paths.”

Walt Disney

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Administração
Universidade Federal de Santa Maria

GOVERNANÇA EM AMBIENTES DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: O SANTA MARIA TECNOPARQUE

AUTOR: ANDERSON COUGO DA CRUZ
ORIENTADOR: MARCELO TREVISAN

Local e Data da Defesa: Santa Maria, junho de 2016.

A criação de um parque tecnológico pode ser uma consequência do desenvolvimento de uma região. Como também pode ser o agente para que isso ocorra. Ao se estudar os mecanismos e contingências da gestão, é usual se deparar à conjuntura de adaptação das organizações, a fatores de cultura e sociedade e de melhor utilização de recursos naturais. Uma causa desse despertar e reconhecimento do problema de má utilização de tais recursos, tende a ocorrer pelo fato de maior consciência de finitude desses. Nesse cenário, o processo de desenvolvimento regional vem ao encontro do pensamento sustentável, fazendo com que esse contemple não apenas a dimensão econômica, mas também a social e a ambiental, a resultar em maior impacto local e, posteriormente, global. Conforme o avanço dos estudos na área de sustentabilidade, aos parques tecnológicos – ambientes de inovação – cabe prover uma governança fundamentada nessa ideologia. Ademais, são locais já reconhecidos como agentes para a potencialização do desenvolvimento sustentável de um território. Neste estudo, o objeto é o Santa Maria Tecnoparque (Santa Maria, RS, Brasil), por ser embasado nesses princípios e composto de uma diretoria das esferas acadêmica, empresarial e governamental. De caráter exploratório-descritivo, é um estudo qualitativo, o qual objetivou analisar como a governança existente no Santa Maria Tecnoparque influencia para o Desenvolvimento Regional Sustentável da cidade. Desse modo, houve a oportunidade de acesso ao ambiente do parque, a ver como os envolvidos, gestores e empresários, estão pensando suas práticas, a fim de o parque seja agente de desenvolvimento regional. Foi possível notar que o SM Tecnoparque passa por dificuldades, porém com melhores práticas de governança, tende a se tornar um ambiente de inovação bem-sucedido e, assim, um agente do desenvolvimento regional sustentável, como consta em sua missão.

PALAVRAS-CHAVE: Governança, Parques Tecnológicos, Desenvolvimento Regional Sustentável, Ambientes de Inovação, Sustentabilidade.

ABSTRACT

Master's Thesis
Post Graduation Program in Business Administration
Federal University of Santa Maria

GOVERNANCE IN INNOVATION ENVIRONMENTS FOR SUSTAINABLE REGIONAL DEVELOPMENT: THE SANTA MARIA TECHNOPARK

AUTHOR: ANDERSON COUGO DA CRUZ
SUPERVISOR: MARCELO TREVISAN
Date and Local Defense: Santa Maria, June 2016.

The creation of a technology park can be a consequence of the development of a region. It can also be the agent for this to occur. By studying the mechanisms and contingency management, it is common to come across the situation of adapting organizations, culture factors and society and better use of natural resources. One cause of this awakening and recognition of the problem of misuse of such resources, tends to occur because most finitude of consciousness of those. In this scenario, the regional development process meets the sustainable thinking, making that contemplate not only the economic dimension but also social and environmental, to result in greater local impact and then global. As the advancement of studies in the area of sustainability, technology centers - innovation environments - it is provide a governance founded on this ideology. Moreover, they are sites already recognized as agents for the enhancement of the sustainable development of a territory. In this study, the object is the Santa Maria Tecnoparque (Santa Maria, RS, Brazil), being grounded in these principles and composed of a board of academic, business and government spheres. Exploratory and descriptive, qualitative study, which aimed to analyze how existing governance in Santa Maria Tecnoparque influence for Sustainable Regional Development of the city. Thus, there was the opportunity of access to the park's environment, see how involved, managers and entrepreneurs are thinking about their practices, to the park is regional development agent. It observed that SM Tecnoparque is experiencing difficulties, but with better governance practices, tends to become a successful innovation environment and thus an agent of sustainable regional development, as stated in its mission.

KEYWORDS: Governance, Technology Parks, Sustainable Regional Development, Innovation Environments, Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	As três dimensões da sustentabilidade.....	21
Figura 2 –	Modelos básicos de governança.....	30
Figura 3 –	As ondas de Schumpeter.....	33
Figura 4 –	O mundo dos Parques Tecnológicos.....	37
Figura 5 –	Taxonomia dos Parques Tecnológicos.....	39
Figura 6 –	Quantidade de iniciativas de parques científicos e tecnológicos no Brasil.....	40
Figura 7 –	Mapa da população total (2010) e hierarquia urbana (2007) no COREDE Central.....	46
Figura 8 –	População Absoluta RS – 2010.....	47
Figura 9 –	Logomarca do SM Tecnoparque.....	50
Figura 10 –	A tríplice hélice do SM Tecnoparque.....	52
Figura 11 –	Organograma do SM Tecnoparque.....	55
Figura 12 –	Projeto arquitetônico do SM Tecnoparque concluído.....	56
Figura 13 –	Características metodológicas.....	61
Figura 14 –	Etapas da pesquisa.....	68
Figura 15 –	Nuvem Gestores x Objetivo 1.....	70
Figura 16 –	Nuvem Empresários x Objetivo 1.....	72
Figura 17 –	Nuvem Gestores x Objetivo 2.....	74
Figura 18 –	Nuvem Empresários x Objetivo 2.....	75
Figura 19 –	Nuvem Gestores x Objetivo 3.....	76
Figura 20 –	Nuvem Empresários x Objetivo 3.....	77
Figura 21 –	Nuvem Gestores x Objetivo 4.	79
Figura 22 –	Nuvem Empresários x Objetivo 4.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Parques tecnológicos – objetivos.....	35
Quadro 2 – Algumas práticas sustentáveis em análises interna e externa organizacionais.....	41
Quadro 3 – Missão, visão e negócio do SM Tecnoparque.....	51
Quadro 4 – Empresas do SM Tecnoparque.....	57
Quadro 5 – Relação entre bibliografia e roteiro.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Estrutura física do SM Tecnoparque.....	55
Tabela 2 –	Sujeitos da pesquisa.....	62
Tabela 3 –	Operacionalização do método.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ADESM	Agência de Desenvolvimento de Santa Maria
AJESM	Associação de Jovens Empresários de Santa Maria
ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
APL	Arranjo Produtivo Local
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
C&T	Ciência e Tecnologia
CA	Estado da Califórnia, Estados Unidos da América
CACISM	Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Santa Maria
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DF	Distrito Federal, Brasil
DJSI	<i>Dow Jones Sustainability Index</i> (Índice de Sustentabilidade da Dow Jones, Nova Iorque)
EAD	Educação à Distância
EU	<i>European Union</i> (União Europeia)
EUA	Estados Unidos da América
EURADA	<i>European Association of Development Agencies</i> (Associação Europeia de Agências de Desenvolvimento)
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i> (Iniciativa Mundial para a Elaboração de Relatórios)
IASP	<i>International Association of Science Parks and Areas of Innovation</i> (Associação Internacional de Parques Tecnológicos e Áreas de Inovação)
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFF	Instituto Federal Farroupilha
ITSM	Incubadora Tecnológica de Santa Maria
MA	Estado de Massachussets, Estados Unidos da América.
MCTI	Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – Governo Federal
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PB	Estado da Paraíba, Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PNI	Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos
PMSM	Prefeitura Municipal de Santa Maria
PR	Estado do Paraná, Brasil
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RJ	Estado do Rio de Janeiro, Brasil
RS	Estado do Rio Grande do Sul, Brasil
SC	Estado de Santa Catarina, Brasil
SEMINDE	Seminário Internacional de Defesa
SEPRORGS	Sindicato das Empresas de Informática do Rio Grande do Sul
SM Tecnoparque	Associação Parque Tecnológico de Santa Maria ou Santa Maria

	Tecnoparque
SP	Estado de São Paulo, Brasil
TECNOFUC	Parque Científico e Tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Maria
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNB	Universidade de Brasília
UNIFRA	Centro Universitário Franciscano
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)
WCDE	<i>World Commission on Environment and Development</i> (Comissão Mundial em Meio Ambiente e Desenvolvimento)
WTA	<i>World Technopolis Association</i> (Associação Mundial de Parques tecnológicos)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1.1 Tema	20
1.2 Delimitação do Problema de Pesquisa	21
1.3 Objetivos	22
1.4. Justificativa	23
1.5 Estrutura da Dissertação	25
2 A GOVERNANÇA DO SANTA MARIA TECNOPARQUE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	27
2.1 Governança	27
2.2 Desenvolvimento Regional Sustentável	30
2.3 Ambientes de inovação: os parques tecnológicos	31
2.3.1 Parques tecnológicos no Brasil	37
2.4 A governança em parques tecnológicos	40
2.5 Os parques tecnológicos como agentes para o Desenvolvimento Regional Sustentável	42
3 O AMBIENTE DE ESTUDO	44
3.1 O COREDE Central	44
3.1.1 Santa Maria	46
3.2 O Santa Maria Tecnoparque	49
3.2.1 Histórico	50
3.2.2 Associados do SM Tecnoparque	52
3.2.3 Estrutura física	54
3.2.4 As empresas do SM Tecnoparque	55
4 MÉTODO	58
4.1 Classificação da pesquisa	58
4.2 Sujeitos pesquisados	60
4.3 Instrumentos de coleta de dados	61
4.4 Análise de dados	64
4.5 Desenho da pesquisa	67
5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	68
5.1 Governança do SM Tecnoparque	68

5.1.1 Gestores.....	68
5.1.2 Empresários	70
5.2 Implantação das Empresas	72
5.2.1 Gestores.....	72
5.2.2 Empresários	73
5.3 Relações Interorganizacionais no SM Tecnoparque.....	75
5.3.1 Gestores.....	75
5.3.2 Empresários	76
5.4 SM Tecnoparque: Agente para o desenvolvimento regional sustentável?..	77
5.4.1 Gestores.....	77
5.4.2 Empresários	78
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
6.1 Limitações e Estudos Futuros	81
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS GESTORES DO SM TECNOPARQUE	101
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS EMPRESAS RESIDENTES DO SM TECNOPARQUE.....	103
APÊNDICE C – ASSINATURAS DOS ENTREVISTADOS	105
ANEXO A – LEI DE INOVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA	107
ANEXO B – MAPA ESTRATÉGICO DO MOVIMENTO “A SANTA MARIA QUE QUEREMOS”	117

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A –	Roteiro de entrevista para os gestores do SM Tecnoparque...	102
Apêndice B –	Roteiro de entrevista para os empreendedores residentes e associados do SM Tecnoparque.....	104
Apêndice C –	Assinatura dos entrevistados.....	106

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Lei de Inovação do município de Santa Maria.....	108
Anexo B – Mapa estratégico do movimento “A Santa Maria que queremos.....	118

INTRODUÇÃO

Às lentes da gestão, o início do século XX contextualizou-se de modo mundialmente inter-relacionado, a efeito de variáveis como redes e alianças multinacionais, organizações globais, facilidades de acesso à internet, valorização e investimentos em pesquisa e desenvolvimento em busca de produtos e processos mais inovadores, entre outras variáveis. (CAPRA, 2002). Esses e outros fatores ainda estão a desenvolver-se e sofrer e causar modificações num interminável processo de adaptação às necessidades e interesses das potências, governamentais ou corporativas.

Porém, cenários globalizados previstos, a exemplo da maré alta contextualizada por Dicken (2010) – onde países ao se desenvolverem economicamente tenderiam a movimentar o mercado mundial e, conseqüentemente, “arrastar” as nações menos beneficiadas para junto de si, a haver um crescimento mútuo – não vingaram frente aos tão interessantes fenômenos de mercado, às poderosas organizações e governos. A economia mundial, que era para se tornar uma variável totalmente globalizada, tomou postura e direção diferentes: tornou-se em processo de formação de blocos econômicos entre países de uma determinada região e concentração de mercados específicos, com interesses em produtos e serviços característicos (DICKEN, 2010). O real efeito maré foi o de aumentar ainda mais a distância dos países que estavam a se desenvolver, dos outros; a fortalecer e consolidar os blocos mais ricos. Já em fases intemperísticas, o efeito é em cascata e de forma mútua; como se pode acompanhar desde a crise da dívida pública da Zona do Euro, em 2008, na auditoria às finanças gregas (D’AGOSTINI, 2010).

Tal desmundialização de mercados interferiu de maneira efetiva na estrutura produtiva dos países, acirrando a concorrência e impondo necessidades de reorganizações estruturais e ambientais. Essa opção de reestruturação produtiva proporcionou o desafio da complexa relação entre Estado e organizações empresariais em prol de um objetivo comum do Desenvolvimento Regional (VEIGA, 2005; SOUSA, 2012).

Já, com o crescente apelo mundial à valorização e cuidados ao meio ambiente, à luz do mundo dos negócios – contextualizado pelo crescimento econômico, ainda de métodos mecanicistas e com pouca preocupação ambiental – é uma variável de

relevância para a adaptação e/ou modificação de políticas e processos (BARBIER, 1987; HAWKEN *et al.*, 1999; ETZION, 2007).

1.1 Tema

Ao estudar a gestão, depara-se à tendência de um escopo econômico e contexto intra e extra organizacionais, que estão em um processo de adaptação aos fatores de cultura e sociedade e de melhor utilização dos recursos naturais (SAMPAIO, 2010). O próprio desenvolvimento regional também deve se adequar ao cenário de aproveitamento dessas condições, por estratégias que contemplem as três dimensões da sustentabilidade, ou *triple bottom line* (Figura 1): ambiental (*planet*), econômica (*profit*) e social (*people*) (ELKINGTON, 2001).

Elkington (2001) também aponta para a importância de uma revolução na governança corporativa, entre outros fatores, para que o desenvolvimento seja sustentável.



Figura 1: As três dimensões da sustentabilidade.
Fonte: adaptado de Elkington (2001).

Em análise territorial, a busca de um desenvolvimento regional sustentável, as lideranças da maioria das esferas primam por criar projetos de, primeiramente, um impacto local e após, global. Nesse sentido, os ambientes de inovação são instrumentos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, que conferem maior

vantagem competitiva local, ao transformar conteúdo de conhecimento em riqueza (STEINER; CASSIM; ROBAZZI, 2008; WCDE, 1987).

Um exemplo são os parques tecnológicos que têm como função o desenvolvimento endógeno a partir da aplicação do conhecimento – a criação de inovação – e aportar negócios e iniciativas locais, além de propiciar alianças estratégicas da região em questão; para um beneficiamento mútuo (MEDEIROS, 1990, 1993; RODRIGUES, 2013).

Segundo Barbieri (2000), as organizações que buscam colaborar de melhor forma para com o meio onde interagem, – a modelo de ambientes de inovação – tendem a prover uma política de governança que priorize os aspectos não apenas econômicos, mas também sociais e ambientais. Consequentemente, uma postura que colaborará para o desenvolvimento regional sustentável.

1.2 Delimitação do Problema de Pesquisa

A partir da conjuntura relatada, destacaram-se os seguintes assuntos: parques tecnológicos, governança e desenvolvimento regional sustentável. Portanto, analisar-se-á neste estudo um parque tecnológico localizado na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

O Santa Maria Tecnoparque, como foi nomeado, iniciou suas atividades no ano de 2008 e desde lá vem se desenvolvendo com a atração de mais negócios para tornarem-se empresas associadas; ente outros projetos vinculados às instituições de ensino superior (IES) parceiras. Esse parque tecnológico tem como sua identidade o desenvolvimento sustentável da região, como já era a missão do Comitê de Empreendedorismo e Inovação de Santa Maria – organização da qual sua origem está diretamente vinculada. A região, conforme a inscrição em editais para o parque ser construído e desenvolver-se é referente ao do COREDE Central, o qual tem como referência a cidade de Santa Maria.

Entre outros objetivos estavam o fortalecimento da cultura empreendedora da cidade e da inovação, a aproveitar potencialidades e criar oportunidades de negócio (COMITÊ, 2011). Atualmente o SM Tecnoparque mantém o enfoque já citado em sua missão e visa ser referência nacional na promoção do desenvolvimento regional

sustentável, até o ano de 2020 (Santa Maria Tecnoparque, 2016). A partir das citadas condições, um questionamento vem à tona:

A governança do Santa Maria Tecnoparque influencia para que este seja um agente do Desenvolvimento Regional Sustentável?

A fim de elaborar uma possível resposta científica para tal inquietação, a seguir serão estabelecidos objetivos que, por meio de aplicação de uma abordagem metodológica, – dada como a mais indicada para esse caso, conforme a análise bibliográfica – resultarão em interpretações, conclusões, limitações e sugestões para estudos futuros.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar como a governança existente no SM Tecnoparque influencia para o Desenvolvimento Regional Sustentável de Santa Maria.

1.3.2 Objetivos específicos

1. Investigar as prioridades e políticas propostas no planejamento do SM Tecnoparque;
2. Verificar a atual fase de implantação das empresas no SM Tecnoparque e seus direcionamentos estratégicos;
3. Identificar as relações interorganizacionais das empresas que compõem o SM Tecnoparque;
4. Averiguar como os gestores do SM Tecnoparque e os empresários residentes o veem como agente para o Desenvolvimento Regional Sustentável.

1.4. Justificativa

Ideias e negócios implantados na década de 50 na estagnada Baía de San Francisco (CA, EUA) – pioneirismo no conceito de parques tecnológicos – estão ativamente a fazer parte do cotidiano brasileiro e mundial. Seja esse uso de aparelhos eletrônicos, *softwares*, redes sociais e demais aplicativos (NORMAND, 2014).

Conforme o reconhecido periódico financeiro Bloomberg (2016), nos últimos meses, o estado da Califórnia (EUA) tem figurado como a 8ª maior economia do mundo, quando comparado ao *ranking* de Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Uma visão onde, com o favorável crescimento californiano e crise econômica brasileira, a tendência é de que essa unidade estadunidense ultrapasse o Brasil, a ocupar seu lugar de 7ª economia mundial (BLOOMBERG, 2016). Observação dada por conta de a economia do estado, apesar de diversificada, ter como base os ambientes de inovação.

A abordagem cartesiana, de apenas custo-benefício em um curto prazo permanece tomada como a prioritária em vários aspectos, no mundo corporativo. Modelo que não privilegia o pensamento estratégico de continuidade do negócio e seu legado para os *stakeholders* (MATTOS et al.,2005). No caso dos ambientes de inovação para o desenvolvimento regional sustentável, é explicitada a função dos parques tecnológicos como potenciais geradores de renda (MEDEIROS, 1993).

Uma postura de um ambiente de inovação sustentável, além de provável retorno financeiro, poderá criar retroações indiretas da comunidade; como a instalação pública/privada de instituições de ensino e capacitação aos habitantes do local como também a melhoria na infraestrutura de acesso, por meio de atração de outros negócios ou propriamente investimentos governamentais. Começa a ser potencializado o senso de coletividade para o progresso local (VEDOVELLO; JUDICE; MACULAN, 2006).

Porém, conforme Melo (2011), por mais que os parques tecnológicos tenham a capacidade de desenvolver vantagens competitivas sustentáveis, ainda não contribuem de modo decisivo para isso. Como a viabilidade política, em termos de gestão, faz da governança um fator decisivo, esse argumento torna de grande relevância estudos que instiguem e forneçam informações sobre o contexto relacional

da governança de parques tecnológicos, como o SM Tecnoparque, para com a comunidade na qual estão inseridos.

Ao analisar o tripé da sustentabilidade, ou *triple bottom line*, os estudos das contribuições sociais e econômicas são, por si só, de vasta discussão. Fato resultante por ser um dos princípios da instituição acadêmica, – disseminadora de ensino, pesquisa e extensão e berço da inovação – o desenvolvimento do ser e da comunidade (SANTOS, 2011). Conforme Jara (1998), a dimensão econômica apenas é sustentável, no ponto em que a qualidade de vida tiver preponderância frente à preocupação com a quantidade de produção.

À primeira vista, pode parecer que a dimensão ambiental esteja em segundo plano, já que o SM Tecnoparque não gera uma quantidade significativa de resíduos; por ter maior parte de suas atividades na área de tecnologias de informação. Entretanto, a corroborar com a consideração desse aspecto, consta no Estatuto Social da Associação Parque Tecnológico de Santa Maria, a Ecologia e a Biodiversidade para o benefício das gerações atual e futura, sendo áreas prioritárias de atuação (ESTATUTO, 2012). Também a valorização dessa temática nas atribuições organizacionais de missão, visão e valores calcados na sustentabilidade.

A escolha do SM Tecnoparque deu-se por envolver os princípios da *Triple Helix* (Tríplice hélice), com participação da academia, governo e empresas; o que proporciona a participação e inter-relação de variados públicos e interesses, que está diretamente relacionado ao conceito sistêmico das três esferas da sustentabilidade (ETZKOWITZ, 2009). Em outros tecnoparques, a estrutura de governança pode tender a abranger uma ou duas das hélices, estando essa com uma cúpula mais complexa, em vista da análise a ser feita (MELO, 2011; SANTOS, 2011).

Como também trata-se de um parque jovem, infere-se que haja uma maior abertura e flexibilidade, tanto para pesquisas que o tomem como objeto de estudo, quanto para possíveis melhorias e experimentos no desempenho de seus processos e políticas. Também, conforme Vedovello, ainda em 2000, os parques tecnológicos e incubadoras de empresas já estavam sendo tratados como instrumentos de política de desenvolvimento regional. O mundo inteiro demonstra seu incentivo à criação de parques tecnológicos como ações ao favorecimento do desenvolvimento territorial (UNESCO-WTA, 2006).

De tal modo que, ao analisar-se a situação de origem dos parques tecnológicos e a atual ascensão local, como também a proliferação desse modelo de ambientes de inovação ao redor do mundo; acrescido do pensamento sustentável, já abordado por parques existentes – como nos conceitos de cidades inteligentes (*smart cities*) e eco parques – este estudo poderá promover mecanismos de como o já efetivo SM Tecnoparque poderá contribuir para o desenvolvimento regional sustentável de Santa Maria: tema já incorporado em sua missão.

Em adição, as contribuições desse estudo são úteis para tomadas de decisão e elaboração de políticas nos meios acadêmico, empresarial, governamental e social, pois englobam as percepções dos atores, como no planejamento de políticas e práticas de um tecnoparque para com sua região; a identificar existentes gargalos na intenção de saná-los.

1.5 Estrutura da Dissertação

O presente estudo divide-se em seis capítulos, sendo esta introdução o primeiro desses. A partir dela foi possível a contextualização do tema na área das ciências de gestão, aos enfoques de governança, inovação e sustentabilidade; e a argumentação científica para o propósito do estudo.

O capítulo a seguir, fundamentará o raciocínio preliminar já apresentado e o aprofundará para o entendimento das próximas fases da pesquisa, a partir de análise documental e leitura de livros, repositórios institucionais e revistas científicas. Está elencado em quatro seções: “Governança”, “Desenvolvimento Regional Sustentável”, “Ambientes de Inovação: os parques tecnológicos”, “A governança em parques tecnológicos” e “Os parques tecnológicos como agentes para o Desenvolvimento Regional Sustentável”.

O terceiro capítulo tratará de caracterizar o local de estudo, a tratar da origem dos COREDES e sobre a cidade de Santa Maria, até o SM Tecnoparque. Serão explicitados detalhes de sua localização geográfica, relevante por se tratar do âmbito de desenvolvimento regional, como também de seu histórico, área de atuação, e estruturas física e de gestão.

O quarto capítulo descreverá a abordagem metodológica utilizada na coleta e análise dos dados. O método escolhido e suas ferramentas proporcionaram que os objetivos geral e específicos estabelecidos fossem alcançados. Também foram caracterizados a amostra e o desenho da pesquisa.

O quinto capítulo desenvolverá as análises elaboradas a partir da realização das entrevistas, a relacionar com os objetivos do estudo a fim de certificar se foram alcançados.

O sexto capítulo concluirá esta pesquisa com as considerações finais, limitações e sugestões para estudos futuros, para que esta sirva como embasamento teórico para outros estudos sobre governança em ambientes de inovação para o desenvolvimento regional sustentável.

2 A GOVERNANÇA DO SANTA MARIA TECNOPARQUE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Neste capítulo será apresentado um panorama geral dos temas centrais do estudo: governança, desenvolvimento regional sustentável e os parques tecnológicos, como ambientes de inovação. Também será possível inter-relacionar esses tópicos, a se ter uma dimensão mais factual do contexto estudado. Tudo isso, resultante de revisão bibliográfica.

2.1 Governança

O avanço dos estudos de gestão e a evolução dos processos de consumo, levaram as figuras de meros proprietários e fundadores a abdicarem de seus postos e os deixarem livres para gestores de fato, a ocorrer o senso de que propriedade e gestão não são a mesma coisa. Sob o aspecto organizacional, Kwasnicka (2006) atenta para a falta de uma consolidação teórica acerca do termo governança. Diante esse impasse, para que se evite uma confusão terminológica, Carnáuba *et al.* (2012) ressaltam ser necessário diferenciar a aplicação do termo nos estudos sobre redes interorganizacionais, daquela mais tradicionalmente encontrada na literatura: a governança corporativa.

Ao termo, recorre-se a Jensen e Meckling (1976) segundo os quais essa envolve as relações existentes nos conselhos de administração e a gestão administrativa das empresas e seus acionistas, abordando aspectos relacionados à distribuição de poder nas organizações, ou seja, quem possui a propriedade e quem efetivamente exerce o controle.

Distanciando-se do conceito de governança corporativa, Fischer (1996) ressalta que governança corresponde a um conceito plural, que compreende não apenas a substância da gestão, mas a relação entre os agentes envolvidos, a construção de espaços de negociação e os vários papéis desempenhados pelos agentes do processo. Visão partilhada por Tenório (2007), para o qual, na sociedade contemporânea, essa terminologia passa a enfatizar o papel dos cidadãos – individuais ou organizados em formas associativas – no processo político, partindo da

identificação dos problemas, à formulação, instituição e avaliação dos resultados.

De forma complementar, Cassiolato e Lastres (2001) ressaltam que governança se baseia em práticas democráticas de intervenção e participação de diferentes atores no processo decisório, o que inclui empresas públicas, privadas, cidadãos e trabalhadores, consultores, centros de desenvolvimento tecnológico e institutos de P&D.

Ao abordar o ambiente das relações organizacionais, Rodrigues e Malo (2006) salientam que governança pode ser vista como poder partilhado ou ação coletiva gerenciada, sendo particularmente pertinente para tratar organizações de natureza cooperativa, democrática e associativa. Ponto de vista a partir do qual Wegner (2012) a entende como regras do jogo da cooperação, das quais se estruturam as formas de organização e funcionamento de redes.

Assim, tem-se que governança se refere à forma como essas relações interorganizacionais serão estruturadas e organizadas, abordando mecanismos regulatórios e de tomada de decisão adotados para garantir os interesses dos membros e assegurar que as normas estabelecidas sejam cumpridas tanto pelos gestores quanto pelos participantes, sendo a responsável por manter os participantes unidos e habilitar ações conjuntas (WEGNER, 2012).

Como alguns dos pioneiros na conceituação da governança, Jones, Hesterly e Borgatti (1997, p.914), ressaltam que essa envolve:

(...) um grupo seletivo, persistente e estruturado de firmas autônomas voltado à criação de produtos e serviços baseados em contratos implícitos e abertos, orientado para a adaptação às contingências ambientais e para a coordenação e salvaguarda de trocas. Estes contratos são socialmente - não legalmente - vinculantes.

Chama-se de governança corporativa, aquele sistema onde as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, a envolver os relacionamentos entre proprietários, conselho administrativo, diretoria e demais órgãos de controle. Esse sistema lida com a decisão na alta gestão e com os relacionamentos entre os protagonistas das organizações (SILVEIRA, 2010).

Para Oliveira (2006), o conflito de interesses pode ser uma falha crucial, já que o poder não deve ser concentrado em nenhum gestor, para não ser manipulado à conveniência desse, e vir a causar dano à empresa. Uma opção é a limitação técnica individual, baseada em que ninguém deterá os conhecimentos técnicos em todas as

áreas, não podendo dirigir sozinho. A ideia é preservar o compartilhamento da gestão.

Governança é o conjunto de práticas administrativas, ao benefício do desempenho da companhia. Esse nível de comprometimento mútuo e rigor nos processos, tende a aumentar o valor de mercado, pela maior confiabilidade na empresa (OLIVEIRA, 2006). É a prática de um código de conduta para benefício de todos os envolvidos. Para tanto, os quatro princípios fundamentais são: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa (IBGC, 2009). Tais princípios podem ser aplicados a qualquer empresa. O foco é sempre na preservação dos interesses dos acionistas (GUERREIRO; MONTEIRO; NANNI, 2009).

O conceito de governança implica ir além do governo na regulação e incluir diversos setores e grupos, o que muitas vezes não ocorre e, finalmente, o poder volta a tornar-se centralizado em pessoas que de fato se interessam pela causa. É o recorrente uso da boa governança para a sustentabilidade e para todos, mas encabeçada por poucos (FONSECA e BURSZTIN, 2009).

Provan e Kenis (2008) destacam a possibilidade de se criar uma Organização Administrativa da Rede (OAR), que pode atuar como uma entidade separada responsável por coordenar as decisões-chave da rede e gerenciar o relacionamento entre os membros. Para Wegner (2012, p.216), a OAR pode ser “modesta, consistindo somente em um indivíduo, ou pode ser uma forma organizacional mais complexa, com executivos e equipes de apoio operando em um escritório da rede” (Figura 2).

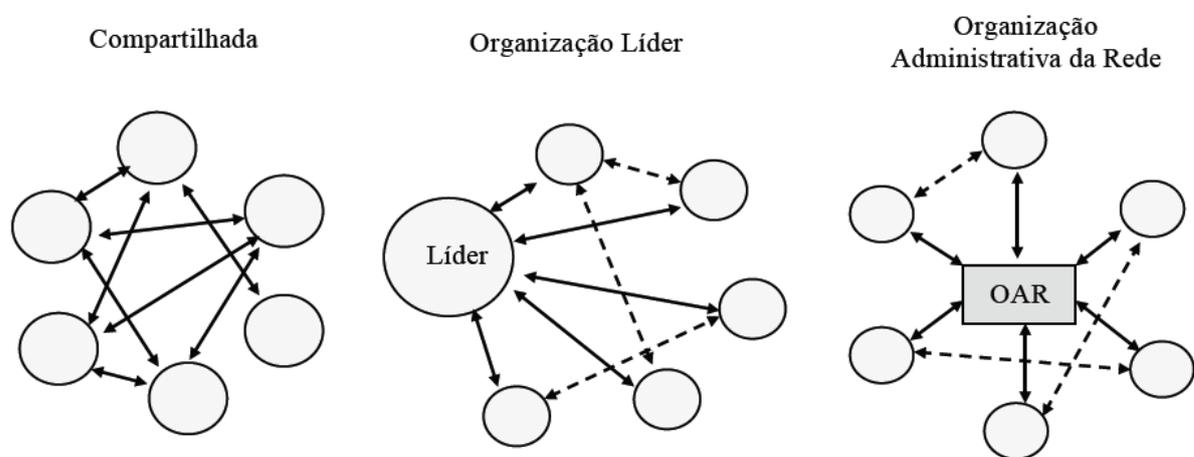


Figura 2: Modelos básicos de governança.
Fonte: Roth *et al.* (2012).

Considerados os modelos básicos apresentados por Wegner (2012, p.217)

alerta para a possibilidade de se desenvolver “formas híbridas ou estruturas transitórias, modificadas à medida que a rede se desenvolve”.

Da mesma forma, Theurl (2005) atenta para a importância da governança como responsável por manter o equilíbrio em situações nas quais há interesses conflitantes ou informações assimétricas entre os atores envolvidos. Fazendo-se necessário estabelecer procedimentos para a gestão da cooperação, o que inclui regras de entradas e saídas, além de estruturas de comunicação.

Conforme Suzigan, Garcia e Furtado (2007) a relacionam à capacidade de coordenação que agentes (empresas, organizações, instituições) exercem sobre as inter-relações produtivas, comerciais e tecnológicas, influenciando diretamente no desenvolvimento de um arranjo local. Com isso aplicado ao modelo de um parque tecnológico, o modelo de governança que mais se adequa é o de OAR, sendo a gestão do parque que detém da ordem do conjunto das empresas residentes, além de ser um agregado de empresas de tecnologia, que têm maior flexibilidade em suas estruturas.

Assim, nota-se a necessidade da compreensão do modelo e das relações de governança, que no SM Tecnoparque, conforme o revisado, assemelha-se ao de uma Organização Administrativa da Rede (OAR), por haver as empresas e uma diretoria que serve como apoio para o desenvolvimento do todo.

2.2 Desenvolvimento Regional Sustentável

Para Coffey e Polèse (2005) o desenvolvimento regional refere-se à capacidade de uma localidade na produção e venda de seus bens e serviços e, portanto, a envolver a capacidade de seus habitantes na geração de renda.

Estão em voga, questões de caracterização e inter-relação entre dimensões sociais, ambientais e econômicas (JACOBI, 2003). De tal modo, Amaral Filho (1996) afirma que a expressão “desenvolvimento” tem relacionado variáveis como: o uso da competitividade de forma eficiente, a equidade social e a diminuição dos impactos ambientais. Com isso, faz-se a necessidade do tripé da sustentabilidade, no conceito de Desenvolvimento Regional, para que o progresso da região seja sustentado por políticas e práticas desenvolvidas por uma articulação mútua de seus agentes.

A administração de empresas começou a pensar global, com constante busca pela inovação, conhecimento do ambiente e suas tendências; porém a agir local, a

favorecer o território no qual se concentrava o mercado de interesse. (THOMPSON; STRICKLAND; GAMBLE, 2008).

A evolução do conceito de desenvolvimento deu-se com a maior conscientização da população quanto à condição de vida das gerações futuras, a emergir a ideia de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Essa abordagem contemplada pelos princípios da sustentabilidade é descrita como práticas e políticas que respeitem a três critérios fundamentais que são: a relevância social (viabilidade social), prudência ecológica (viabilidade ambiental) e a viabilidade econômica (BANDEIRA, 1999; SACHS, 2002). Ao complementar sob esses preceitos, a Organização das Nações Unidas (ONU) (2003) salienta que a construção do desenvolvimento regional sob uma ótica sustentável reflete uma série de discussões a respeito das dimensões econômica, social e ambiental.

Como defende Boisier (1996), é um processo de transformação social, a objetivar o progresso permanente e sustentado do território em questão, com participação direta dos atores que ali vivem.

Quanto ao seu desenho e relacionamento, Coe *et al.* (2004) afirmam que no desenvolvimento regional sustentável, territórios moldam-se por conta de ocorrências tanto no ambiente endógeno (relações internas), quanto no exógeno (relações externas - ambiente de concorrência e de mercados).

Esse é um processo que se caracteriza por um forte interesse das sociedades locais em formular políticas regionais. Isso para que se debatam os principais tópicos da atualidade e para que a região seja a maior impulsionadora de seu próprio processo de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2000).

No caso do SM Tecnoparque para o desenvolvimento da região na qual se localiza, o COREDE Central representado pela cidade de Santa Maria, há o aporte nos princípios sustentáveis. O desenvolvimento regional sustentável faz-se claro na razão de existir do parque, desde sua visão, missão e valores.

2.3 Ambientes de inovação: os parques tecnológicos

O nível de vantagem competitiva dos mercados instiga as empresas a estarem atentas ao que está a acontecer em seu macroambiente (*stakeholders*), a buscarem diferenciais baseados em inovações que dificultem o *benchmarking* de seus

concorrentes. Em acordo a Schumpeter (1985), inovar significa a recombinação de forças e materiais já existentes, a produzir as mesmas ou outras coisas, a partir do uso de novos métodos.

Assim, Schumpeter (1985) também elencou cinco formas de inovação: a) a criação de um novo produto; b) introdução de um novo método de produção; c) abertura de um novo mercado; d) descoberta ou conquista de uma nova fonte de matérias-primas ou produtos semiacabados (novos fornecedores) e e) criação de uma nova indústria ou monopólio. Ao se imaginar o processo de inovação como ondas ao longo do tempo, esse está a aumentar sua amplitude e reduzir sua frequência. Ou seja, o acesso às novas tecnologias tem permitido com que a sociedade inove mais em menor período de tempo: cenário visto como as ondas de Schumpeter, como ilustra a figura 3 (SCHUMPETER, 1985; TIDD; BESSANT; PAVITT, 2005; TAKAHASHI e TAKAHASHI, 2007).

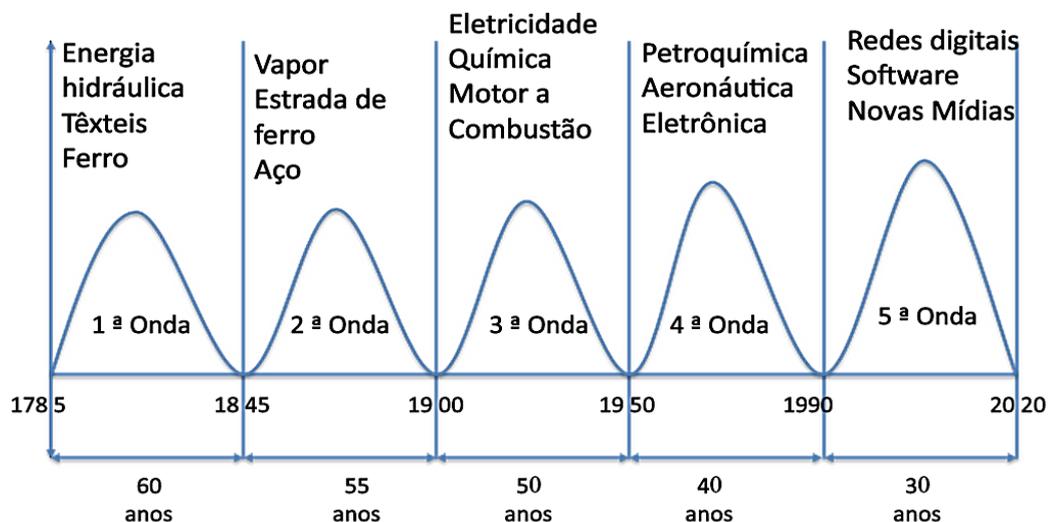


Figura 3: As ondas de Schumpeter
Fonte: adaptado de Schumpeter (1985).

O momento atual, chamado de 5ª onda, tem como áreas de destaque: as redes digitais, software e novas mídias, ou seja, a área de tecnologia de informação – foco do SM Tecnoparque. Entretanto, essas áreas não são mais novidade no local onde surgiram. Conforme Lundvall (1988), universidades, berços da inovação, ao se aliarem a empresas de alta tecnologia na *Bay Area* (CA, EUA), durante o período da Segunda Guerra mundial, promovem até os dias de hoje o debate sobre a

complementariedade entre a ciência e tecnologia, com intercâmbios adicionais.

O princípio disso foi ainda na década de 30, por iniciativa da Universidade de Stanford (Stanford, CA, EUA), com a criação de bolsas e acompanhamentos a alunos que queriam abrir negócios. Empresas novas foram chegando, e as antigas ali permaneciam, resultando no aumento das instalações e no estabelecimento do Stanford Industrial Park, em 1950.

O raciocínio vigente era o de que empresas do futuro estariam cada vez mais vinculadas à sua *alma mater*, a não perda de vínculo com o ambiente do conhecimento. Em 1974, o parque contava com cerca de 70 empresas, e em 2005, 150. O Vale do Silício (*Silicon Valley*), como ficou conhecido mundialmente por aglomerar empresas inovadoras de ponta, foi o primeiro real modelo de um ambiente de inovação: ainda a maior aglomeração de indústrias de alta tecnologia. Junto com ele, a Rota 128 (MA, EUA), buscavam estimular suas economias estagnadas pela guerra. (SPOLIDORO e AUDY, 2016).

Com o sucesso dessas duas regiões, surgiram os primeiros parques tecnológicos europeus, com destaque para os britânicos (MASSEY; QUINTAS; WIELD, 1992). Tais características tornam esse polo tecnológico, um modelo para outros projetos mundo afora (GANZERT e MARTINELLI, 2009; NORMAND, 2014).

As nações, institucionalizadas na figura da Organização das Nações Unidas (ONU), vem trabalho desde os anos 70 no incentivo para a criação de incubadoras de negócios e parques tecnológicos. Tarefa competente à UNESCO, na seção de Parcerias Universidades-Indústrias, especificamente no tema Ciência e Governança de Parques Tecnológicos (UNESCO, 2016). Como ato mais representativo, em 2005, a UNESCO em conjunto com a WTA (ONG sul-coreana), criaram o projeto Iniciativas UNESCO-WTA (2006-2010) que visou desenvolver capacidades (com treinamentos e conferências), assistência técnica (gestão e desenvolvimento de ambientes de inovação) e projetos-piloto em regiões emergentes – inclusa a América Latina (UNESCO-WTA, 2005).

Essas duas organizações vêm a realizar os chamados fóruns de inovação global, desde 2014 com o 1º Fórum de Inovação Global de Daejeon (Daejeon, Coreia do Sul) e o 2º fórum em 2015, sendo o evento mais significativo dessa parceria. A fim de reunir as cúpulas acadêmicas, governamentais e corporativas, os fóruns provocaram discussões frente ao tema “Inovação 4.0: desviando o paradigma da

inovação para a economia criativa”. Já tido como o maior evento sobre parques tecnológicos e inovação, demonstra a tendência mundial dos intelectuais, no assunto. O próximo já está marcado para o próximo setembro, com o tema “Os benefícios de compartilhar inovação” (DAEJEON GIF, 2016).

Assim, é possível notar novos modelos de redes organizacionais desses ambientes de inovação, como os parques tecnológicos, que conforme a ANPROTEC são:

“complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico que visam fomentar economias baseadas no conhecimento por meio da integração da pesquisa científico-tecnológica, negócios/empresas e organizações governamentais em um local físico, e do suporte às inter-relações entre estes grupos” (ANPROTEC, 2007, p.4).

Em complemento, o IASP (2002) conceitua os parques tecnológicos como organizações geridas por profissionais especializados, com o objetivo de potencializar riqueza e bem estar de sua comunidade, seja pela promoção de cultura, inovação, colaboração, empreendimentos e centros acadêmicos.

Além disso, é possível notar no quadro 1, alguns dos objetivos desses ambientes, na revisão bibliográfica.

PARQUES TECNOLÓGICOS

Autores	Objetivos
Audy, Cunha e Franco (2002)	<ul style="list-style-type: none"> - Atrair empresas, ou unidades, de P&D - Atrair projetos de pesquisa e investimentos - Estimular a inovação e cooperação entre as empresas e a universidade - Gerar uma sinergia positiva entre o meio acadêmico e o empresarial
Stanković; Gocić; Trajković. (2009)	<ul style="list-style-type: none"> - Atuar de forma coordenada com as esferas de governo - Formar redes de cooperação para a realização de projetos onde as empresas não conseguiriam realizá-los sozinhas, normalmente por falta de recursos - Desenvolvimento de competências técnicas - obtidas através de educação formal, treinamentos e experiência profissional - Desenvolvimento de infraestrutura para facilitar a operação das empresas - Estimular e facilitar o financiamento para as empresas e projetos - Proporcionar um retorno adequado sobre o capital investido
Vedovello (2000)	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer confiança entre os diferentes agentes - Estabelecer uma economia baseada em conhecimento e inovação - Estimular mudanças comportamentais e culturais
Audy, Cunha e Franco (2002) Vedovello, Judice e Maculan (2006)	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular e facilitar a interação universidade-empresa
Vedovello, Judice e Maculan (2006)	<ul style="list-style-type: none"> - Favorecer a difusão de novas ou de alta tecnologia - Favorecer o estabelecimento, criação e desenvolvimento de novas empresas - Geração de empregos

Quadro 1: Parques tecnológicos - objetivos
Fonte: adaptado de Neff (2012).

Com isso, nota-se que em meio a tantos artifícios e táticas na corrida pela vantagem competitiva, o fator inovação é sempre bem-sucedido. As nações que decidiram investir em instituições de suporte à pesquisa e desenvolvimento (P&D), legislações de finanças e do mercado de trabalho e políticas industriais progrediram (FRITSCH e MUELLER, 2004).

Fato esse que evidencia a relação entre progresso tecnológico e desenvolvimento econômico, ao investir em ciência e tecnologia (C&T) (STOPPER,

1995; AUDY; CUNHA; FRANCO, 2002; SANTOS, 2011). Por mais que a presença da academia gere maior número de inovações e patentes, ainda pode interferir negativamente nos processos de negócio, dos parques (ALBAHARI et al., 2013). Resta buscar um equilíbrio em ambos os lados, que conforme muitos estudos, se mostram bem-sucedidos quando complementados.

Com isso, tem-se que o universo ou mundo de atuação dos parques tecnológicos localiza-se entre a base de ciência e tecnologia (C&T) e a base empresarial, entendidas como:

“Ciência e Tecnologia (C&T) – que leva em conta os parâmetros, indicadores e características do Parque Tecnológico e da região entorno no que diz respeito à base de conhecimento existente na região na forma de universidades, instituições de C&T, profissionais qualificados, histórico de projetos de P&D, infra-estrutura para pesquisa, sistema educacional, investimentos públicos e privados em P&D, etc; e Empresarial – que leva em consideração fatores relacionados à densidade de empresas inovadoras e à cultura de empreendedorismo e inovação existente na região, avaliada na forma de empresas de tecnologia estabelecidas, histórico e geração de startups, existência de organizações de venture capital, receitas geradas por empresas inovadoras, nível de globalização dos negócios, etc.”. (ANPROTEC e ABDI, 2008, p.10).

Além disso, é um ambiente permeado por um contexto de inovação e competitividade, interação universidade-empresa e startup inovadora (Figura 4).

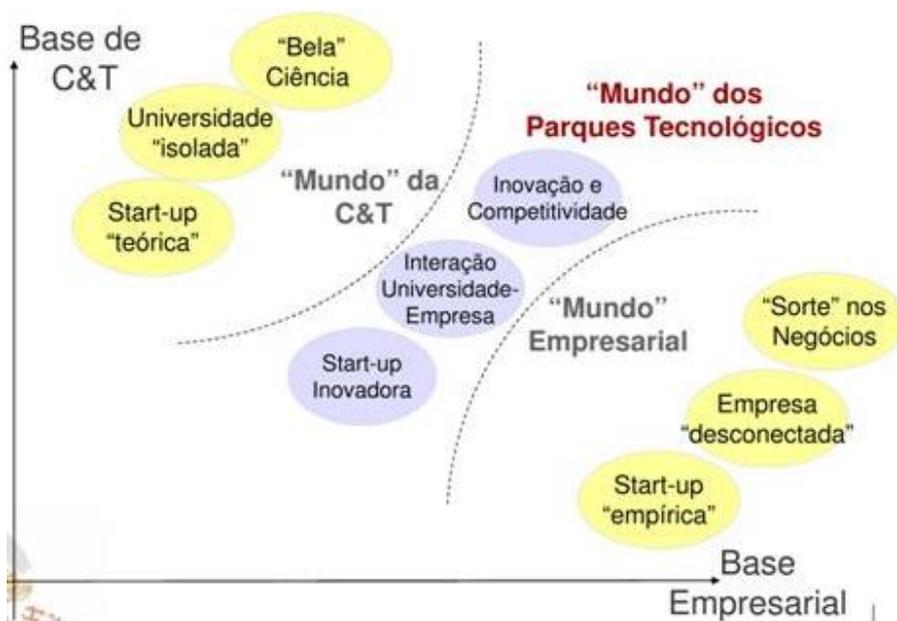


Figura 4: O Mundo dos Parques Tecnológicos
Fonte: ANPROTEC e ABDI (2008).

Pode-se notar sua natureza complexa e que carece essencialmente de um ambiente que o alimente, tanto na oportunidade de educação da população, quanto potencial empreendedor ou de negócios existente em uma dada região (ANPROTEC; ABDI, 2008).

2.3.1 Parques tecnológicos no Brasil

Enquanto a origem dos parques tecnológicos tenha se efetivado entre universidade e iniciativa privada, o caso brasileiro foi diferente. A partir de um programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), logo iniciativa pública, em 1984, para apoio a parques tecnológicos, esse assunto entrou de fato em solo nacional. Pelo fato de o país não ter uma cultura que valoriza a inovação e os poucos negócios inovadores existentes, permitiu que essa verba fosse destinada a pequenos projetos, que originaram as primeiras incubadoras nacionais: São Carlos/SP, Florianópolis/SC, Curitiba/PR, Campina Grande/PB e Distrito Federal/DF. Atualmente, junto ao CNPq, a Financiadora de Estudo e Projetos (FINEP) também financia esses projetos. (ANPROTEC, 2008; ANPROTEC e ABDI, 2008).

Conforme o relatório do MCTI e UNB (2014), hoje o país conta com cerca de 94 iniciativas de parques – 27% maior que em 2008 – a contabilizar 32,2 mil empregos nas empresas e institutos de pesquisas residentes e na equipe de gestão, em sua maioria de nível superior. Com uma média de 939 empresas instaladas que geram aproximadamente 30 mil empregos formais. Ainda, é possível destacar que aproximadamente 4 mil (13%) dos envolvidos são mestre e doutores, em contraste ao mercado brasileiro que conta com pouca quantidade de pós-graduados. Para as incubadoras, estão registradas 384 iniciativas (ANPROTEC, 2008; MCTI e UNB, 2014).

A partir de 2004, outros apoios começaram a ser oferecidos pelo Governo Federal, como a Lei da Inovação e o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI) pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI e UNB, 2014).

O objetivo do PNI é:

“Fomentar a consolidação e o surgimento de parques tecnológicos e incubadoras de empresas que contribuam para estimular e acelerar o processo de criação de micro e pequenas empresas caracterizadas pelo elevado

conteúdo tecnológico de seus produtos, processos e serviços, bem como por intensa atividade de inovação tecnológica e pela utilização de modernos métodos de gestão“(MCTI, 2009).

Desse modo, embasado nas principais características dos parques brasileiros, e reconhecendo que um Parque Tecnológico é um ambiente de inovação em si, mas também inserido em um contexto inovador, e tendo em vista a importância de desenvolver uma taxonomia para determinar as prioridades de investimentos no país, o estudo da ANPROTEC e ABDI (2008) se baseou em dois eixos principais, Base de C&T e Base Empresarial e fez a uma proposta de classificação (Figura 5).

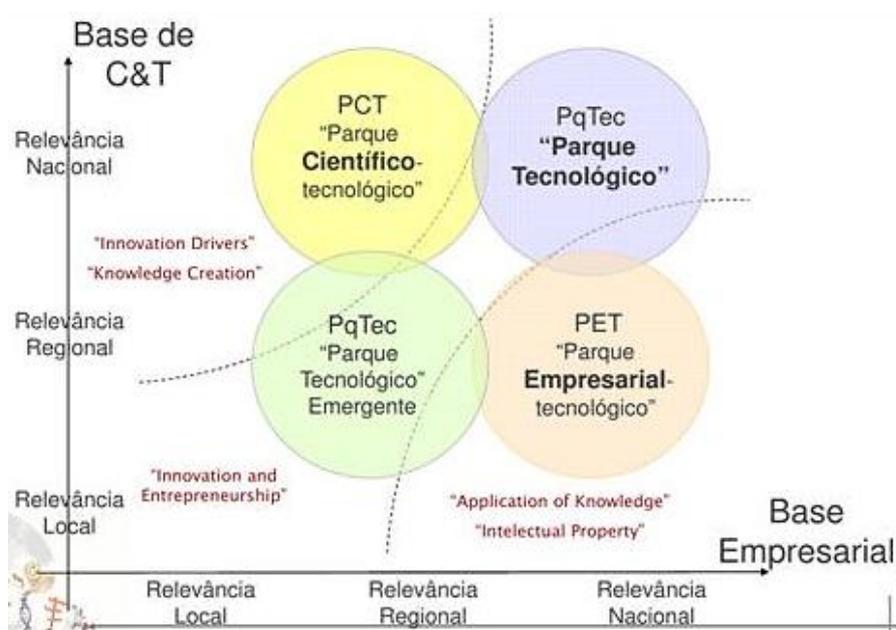


Figura 5 : Taxonomia dos Parques Tecnológicos
Fonte: ANPROTEC e ABDI (2008).

Desse modo, conforme os padrões taxonomizados pela ANPROTEC e ABDI (2008) entende-se que um parque tecnológico considerado consolidado seria aqueles empreendimentos que possuem base de C&T e base Empresarial de relevância mundial/nacional; os parques científico-tecnológicos têm como sua base de predominância a C&T em relação à base empresarial; os parques empresarial-tecnológicos já teriam destaque da base Empresarial em relação à base de C&T; e os parques tecnológicos emergentes, seriam aqueles que apresentam base de C&T e Empresarial de nível regional.

Na Figura 6, é possível observar a distribuição quantitativa das iniciativas de parques científicos e tecnológicos, e seus estágios no país, além de universidades e

institutos federais (MCTI e UNB, 2014)



Figura 6: Quantidade de iniciativas de parques científicos e tecnológicos no Brasil
Fonte: MCTI e UNB (2014).

Das áreas de atuação, os parques brasileiros têm como perfis predominantes: tecnologia da informação, energia, biotecnologia, saúde, petróleo e gás natural.

A região nordeste do país é a menos favorecida em iniciativas de inovação quando comparada às regiões sul e sudeste do país, com parques tecnológicos em processo de desenvolvimento (CORREIA, 2010). Ainda assim, é nessa região que se encontra o destaque no quesito de governança de tríplice hélice: o parque tecnológico Porto Digital, de Recife (PE). Criado em 2000, hoje abriga cerca de 250 empresas com iniciativa privada, governo e universidades, nos setores de Tecnologias de Informação e Economia Criativa (PORTO DIGITAL, 2016).

O Rio Grande do Sul – onde está localizado o SM Tecnoparque – conforme o MCTI E UNB (2014), figura em quarto lugar no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, abriga cerca de 460 mil empresas e 25 universidades/institutos federais –

aproximadamente 53,3 mil pesquisadores, mestres e doutores. O programa de governo que incentiva a criação de parques científicos e tecnológicos e o apoio das universidades comunitárias locais, fundamentam as 16 iniciativas de implantação em andamento, sendo 4 em operação, 7 em implantação e 5 em projeto (MCTI e UNB, 2014).

2.4 A governança em parques tecnológicos

O atual modelo de governança almejado, vai em direção da revolução dessa proposta por Elkington (2001), a aderir os princípios sustentáveis do *triple bottom line*. Na prática, com base na comparação de indicadores do Instituto ETHOS, *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) e *Global Reporting Initiative* (GRI); Strobel (2005) cita algumas ações indicadoras de sustentabilidade, elencadas nessas três dimensões – econômica, social e ambiental – nos âmbitos interno e externos das organizações (quadro 2).

	ANÁLISE INTERNA	ANÁLISE EXTERNA
FOCO	Visão centrada na empresa.	Visão holística; Empresa como parte de um todo.
DIMENSÃO ECONÔMICA	Finanças da empresa, Margem líquida, ROI, etc.	Impacto da empresa na economia da região, salários, impostos, dividendos pagos, etc.
DIMENSÃO SOCIAL	Remuneração e treinamento dos empregados, etc.	Interação com <i>stakeholders</i> , balanço social, etc.
DIMENSÃO AMBIENTAL	Sistema de gestão ambiental, Projeto ecológico de produtos, etc.	Contribuição para projetos de preservação; Exigências a fornecedores, etc.

Quadro 2: Algumas práticas sustentáveis, em análises interna e externa organizacionais
Fonte: Adaptado de Strobel (2005).

Conforme GRI (2013), a efetividade das práticas sustentáveis deve também gerar desempenhos econômico (impactos sobre *stakeholders* e economia local, nacional e global), social (impacto na comunidade local) e ambiental (impacto sobre ecossistemas, terra, ar e água).

Aos ambientes de inovação, a governança é vista como habilidade de concordância de todos os atores regionais a respeito de uma única visão de longo prazo. Também na habilidade de investirem boa parte de seus recursos financeiros e humanos para alcançarem objetivos conjuntos (EURADA, 2002; MANTOVANELI JR.; SAMPAIO, 2010). Chiochetta (2010) afirma que essa relação entre governança e parques tecnológicos, envolve difíceis tomadas de decisão; fortes processos de descentralização da autoridade, contato com poderes públicos e privados, como também com o conjunto de redes.

Também refere-se aos diferentes modelos de interação e coordenação entre atores e demais atividades, que vão desde a produção à distribuição de bens e serviços, além do processo de gestão de conhecimentos e inovações. (LASTRES e CASSIOLATO, 2004).

O processo de governança nos parques tecnológicos, internamente, torna-se mais complexo pelo fato de as empresas estarem, muitas vezes, convivendo juntamente com seus concorrentes; o que não costuma acontecer no convencional mundo corporativo. Principalmente por na maioria das vezes estar a se lidar com patentes e ideias, que podem ser tomadas. Deve haver uma cúpula rigorosa e variada para que não haja centralização de poder: desgaste da governança (GIUGLIANI, 2011).

Alguns fatores de composição dessa diretoria executiva podem afetar totalmente a estrutura e a postura de governança. Um exemplo é quanto ao regime jurídico dos parques tecnológicos. Há no país, três modelos principais: fundações, sociedades de economia mista e organizações sociais. Tal complexidade influencia nos modelos de gestão e no acesso aos programas governamentais e à inovação. (PESSÔA et al., 2012).

De modo geral, nesse ambiente, a governança se dá quando os atores regionais e locais, conjuntamente, realizam ações de avaliação de problemas pertinentes às suas regiões ou locais, objetivando observar os problemas de uma melhor forma em comparação com atores nacionais ou supranacionais. (FIGLIOLI e PORTO, 2012).

Contudo, nota-se o papel da postura da governança do SM Tecnoparque, para que atinja sua visão de ser referência em desenvolvimento regional sustentável.

2.5 Os parques tecnológicos como agentes para o Desenvolvimento Regional Sustentável

O desenvolvimento regional depende não só da governança territorial, como também, dos níveis de capital social e de confiança. A participação da comunidade possibilita a governança e, conseqüentemente, o fortalecimento institucional. Isso tende a impulsionar a normatização para a criação de políticas públicas de desenvolvimento regional. O resultado da participação amplia os níveis de capital social das regiões e vice-versa, a tornar-se um projeto sustentável, de longo prazo (AMIN, THRIFT, 1994; AMARAL FILHO, 1996, LIMA, 2013).

Ainda ao abordar esse capital, a ideia de relevância dos parques tecnológicos como agentes para grandes transformações, como o desenvolvimento regional sustentável é abordada em vários estudos da área. Da implantação de um parque tecnológico já há a criação de alianças e parcerias de instituições que, caso não houvesse tal oportunidade, não ocorreria (STANKOVIĆ; GOCIĆ; TRAJKOVIĆ, 2009).

Outra consequência seria a geração de empregos para a construção da estrutura física do tecnoparque. Essa variável é potencializada com a chegada das primeiras empresas atraídas para a região, como integrantes do parque. Por serem tecnológicos, esses parques fazem forte uso de inovação, o que possibilitará maior participação e produção acadêmico-científica, especializando os estudos e grupos de pesquisa de instituições de ensino locais, entre tantas outras contribuições (FREY, 2003; PRADELLA, 2013).

Sobre o apelo ambiental, não só ao parque, mas a cada empresa instalada, cabe o uso de ferramentas e políticas para a promoção da sustentabilidade. Conforme Aligleri (2011), a gestão é vista de modo tridimensional: o raciocínio de mercado, na compreensão das demandas sociais dos *stakeholders* e da racionalidade ecológica, gera um questionamento de valores, onde a empresa deve reconhecer e respeitar os ecossistemas.

Mais além no escopo de ambientes de inovação e já realidade em países desenvolvidos e alguns emergentes, como na Índia, há as conceituações de eco parques industriais e cidades inteligentes. Ambas abordagens, assim como um parque tecnológico com princípios sustentáveis, envolvem os aspectos ambientais, econômicos e sociais.

Conforme Chertow (2007), nos chamados eco parques a peculiaridade são os mecanismos de cooperação entre as empresas componentes e com a comunidade local, como também no compartilhamento de recursos. Nisso, tende a ser uma característica a simbiose industrial, sendo um nível intermediário da ecologia industrial, onde ocorre trocas interorganizacionais de materiais, produtos, água, energia, resíduos, como também de recursos humanos e tecnológicos – experiências e conhecimentos (POSCH, 2010).

Já as cidades inteligentes, conforme um estudo do Parlamento Europeu (2014), são cidades que buscam abordar questões públicas por meio de soluções baseadas nas tecnologias de informações e comunicações, desenvolvidas e implementadas numa base *multi-stakeholder* de parcerias. Isso a primar aspectos como: economia, mobilidade, meio ambiente, sociedade, governança e vida inteligentes (PARLAMENTO EUROPEU, 2014)

Por mais que o parque estudado não esteja alinhado de modo direto a esses padrões, seja por questões culturais, financeiras ou de mercado; poderá absorver, ao longo do tempo, tais práticas e políticas estratégicas para um maior impacto no desenvolvimento regional sustentável de Santa Maria.

A complementar, segundo Zampieri et al. (2013), o SM Tecnoparque é promissor no que se refere a aplicação prática do conceito de Tríplice Hélice. Onde, partindo de uma relação consolidada entre os atores sociais, permitirá a transformação da matriz econômica da região em um ambiente tecnológico, inovador e sustentável.

O levantamento do aporte teórico-científico do estudo permitiu maior proximidade ao contexto em análise. Teorias que estão apresentadas de modo aplicado, no próximo capítulo, o qual abordará o objeto da pesquisa – o SM Tecnoparque.

3. O AMBIENTE DE ESTUDO

Para a aprovação dos editais para a construção do Santa Maria Tecnoparque, fazia-se necessário a identificação da região na qual estava se buscando verba. Tal abordagem regional deu-se por meio do COREDE Central, onde está localizada a cidade de Santa Maria. Neste capítulo será apresentado o objeto de estudo, assim como sua localização, histórico e estrutura e demais informações relevantes para o entendimento do ambiente em análise.

3.1 O COREDE Central

O estado do Rio Grande do Sul possui diferentes zonas de desenvolvimento, tendo sua porção norte mais desenvolvida que a sul por contextos histórico culturais (RORATO, 2009).

Dada situação, o Governo do Rio Grande do Sul, criou uma regionalização, dividindo o estado em Conselhos Regionais de Desenvolvimento, ou os chamados COREDES. Estas divisões buscam promover o desenvolvimento regional harmônico e sustentável das regiões gaúchas, a integrar os recursos e as ações do governo na região, como também melhorar a qualidade de vida da população, promover a distribuição equitativa da riqueza produzida, estimular a permanência do homem em sua região e, por fim, promover a preservação e recuperação do meio ambiente (COREDE CENTRAL, 2009)

A regionalização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, instituída em 1991, dividiu o estado em 21 regiões, posteriormente em 1998 foi criada a região Metropolitana Delta do Jacuí e a partir de 2003 foram criados os COREDES: Alto da Serra do Botucatu, Jacuí – Centro, Campos de Cima da Serra e Rio da Várzea. E em 2008, a criação de mais dois Conselhos, o Vale do Jaguari e Celeiro, completando as 28 regiões de planejamento do estado gaúcho. (ATLAS, 2016).

Neste ponto de vista, Büttgenbender; Siedenberg e Allebrandt (2011) indicam a relevância dos COREDES enquanto espaço de fomento à organização regional e à gestão societária do desenvolvimento. Os Conselhos Regionais são espaços consultivos e deliberativos, espaços de manifestação e de organização regional,

externando os interesses dos segmentos representativos mais ativos e participantes.

O Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Central, localizado na Região Funcional de Planejamento 81, foi criado em 1991, e é composto por dezenove municípios, conforme a FEE (2016): Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã.

Segundo estudo sobre regiões de influência das cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), a região possui como sua capital regional, a cidade de Santa Maria e os dezoito municípios restantes, classificados como centros locais.

Conforme a FEE (2016), demograficamente, a cidade de Santa Maria representa mais da metade da população (aproximadamente 68,71%), de todo o COREDE Central (cerca de 391.633 habitantes) sendo a maior parte dos outros municípios, que geralmente concentram uma população média de 2.000 habitantes (Figura 7).

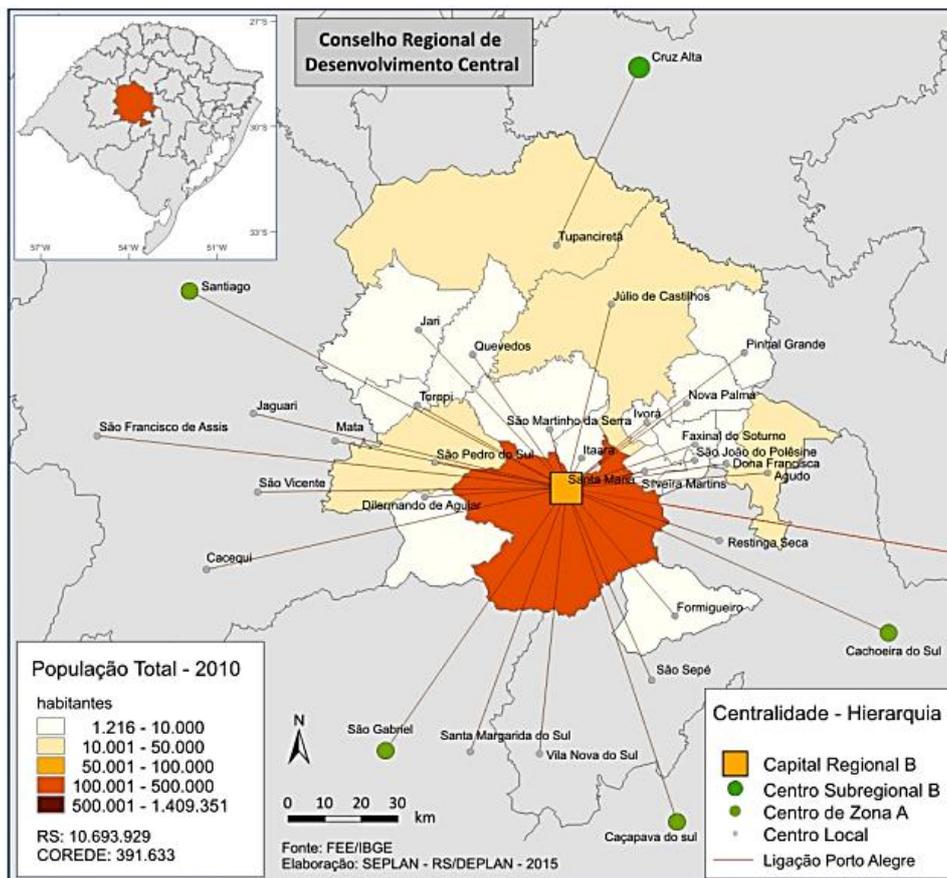


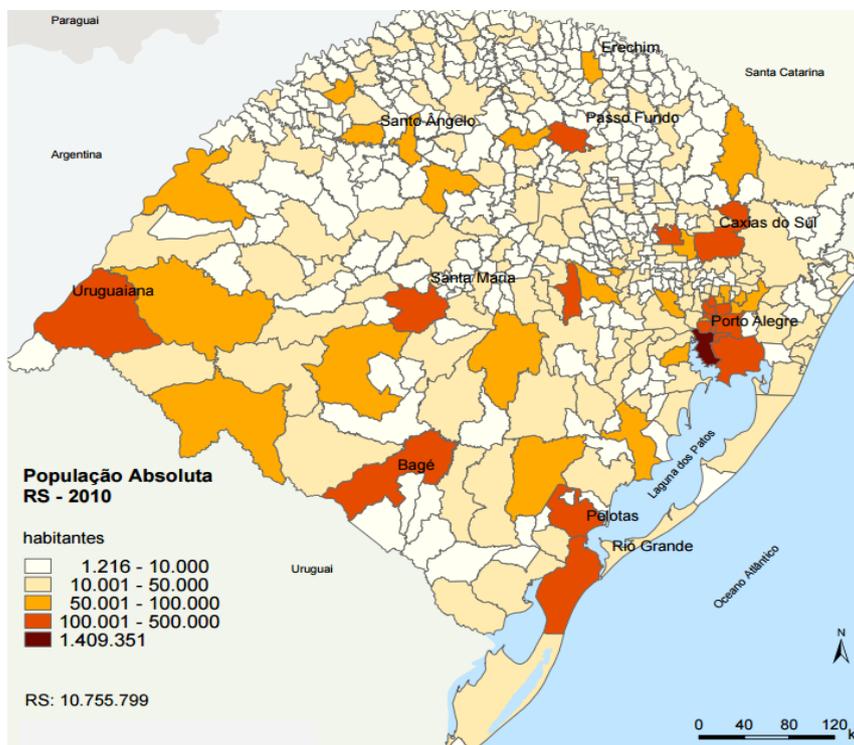
Figura 7: Mapa da população total (2010) e hierarquia urbana (2007) no COREDE Central. Fonte: FEE (2016).

Santa Maria tem ligação com Porto Alegre, exercendo influência sobre quase todos os municípios do COREDE, exceto por Tupanciretã, que tem ligação com Cruz Alta, no COREDE Alto Jacuí. Além dos situados na Região, vários municípios próximos pertencentes aos COREDES Jacuí Centro, Campanha, Fronteira Oeste e Vale do Jaguari, também se relacionam com Santa Maria (FEE, 2016).

3.1.1 Santa Maria

O SM Tecnoparque localiza-se na cidade de Santa Maria, região central do estado do Rio Grande do Sul (Figura 8). A cidade conta com uma população estimada de 274.830 mil habitantes, ocupando o posto de 5ª maior do estado e a 10ª colocação no *ranking* do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho.

A economia santa-mariense é voltada, em sua maior parte, para o setor de serviços. Característica a qual indica que a atividade industrial de maior valor agregado de inovação é ainda carente (IBGE, 2014). Na cidade localizam-se três APLs (arranjos produtivos locais): o Metal Centro de empresas do setor metal-mecânico; Centro Software, no setor de tecnologia de informação e comunicação e Polo de Defesa, no setor defesa e segurança (CENTRO SOFTWARE, 2016; METAL CENTRO, 2016; SEMINDE, 2016).



Conforme Tartaruga (2014), esta é considerada uma região de média capacidade de inovação, quando comparada à região metropolitana de Porto Alegre, capital do estado, considerada muito alta. O autor complementa que tal complexidade não é tida como definitiva, desde que haja intenso trabalho de planejamento e busca pelos diferenciais competitivos oferecidos pela própria região.

Quanto às características de ensino – fundamentais para o tema P&D – a cidade possui índice de alfabetização de 95,53%. Para o ensino superior, há 7 IES (1 pública federal e 6 particulares), além da Reitoria do IFF e 9 polos EAD. Sobre pós-graduação, a cidade conta com cerca de 178 cursos de especialização, 32 a nível de mestrado e 12 a de doutorado (SANTA MARIA EM DADOS, 2012).

Conforme Zero Hora (2013), por favoráveis índices educacionais – a ser considerada cidade universitária – uma situação recorrente é a grande população flutuante que vem de outras cidades gaúchas, e até estados, em busca de capacitação acadêmica. Uma quantidade de aproximadamente 50 mil. Porém essa parcela não costuma permanecer após a colação de grau. Conforme Serrano et al (2013), fatos estes que lhe renderam dois títulos: de cidade referência na exportação de mão-de-obra de alta escolaridade e de ter o 3º maior saldo negativo de diplomados, atrás apenas de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Entre 2005 e 2010, a cidade exportou 8.505 graduados e recebeu 5.435, a ter um déficit de “mentes de obra” (SERRANO *et al.*, 2013).

Certamente isso é um problema local, já que há o desenvolvimento de “cabeças pensantes”, mas não sua retenção. Um cenário não muito diferente da Universidade de Stanford, nos anos 30, quando não conseguia absorver para si, os que lá se graduavam (REVISTA DO BNDES, 2000). Também pode-se lincar à atual situação europeia, que conta com instituições científicas de renome, porém não tem um mercado de trabalho que supra toda essa demanda, a fadar o mundo aos diplomados (FIGLIOLI e PORTO, 2012).

Entidades que tentam reduzir essa emigração de intelecto, a fim de incitarem a postura empreendedora na região, seriam a Incubadora Tecnológica de Santa Maria e a Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia vinculadas à Universidade Federal de Santa Maria; a Incubadora Tecnológica da Unifra, vinculada ao Centro Universitário Franciscano; a Incubadora Recanto, vinculada ao Antônio Meneghetti Faculdades e a Incubadora Tecnológica da Faculdade Metodista de Santa Maria

(ITSM, 2016; AGITTEC, 2016; ITEC UNIFRA, 2016; RECANTO, 2016; ITEFAMES, 2016).

Outra característica que interessa às atividades do SM Tecnoparque é o de a cidade ter o 2º maior contingente militar do país, – atrás do Rio de Janeiro (RJ) – sendo uma das causas a sua localização favorecida. A cidade é um polo estratégico-militar que conta com uma base da Força Aérea Brasileira e 17 instituições militares do Exército Brasileiro (MACHADO, 2008).

Não diferente de outros ramos em busca da inovação, as Forças Armadas do Brasil estão a se modernizar, principalmente seus equipamentos bélicos e de controle. Esse fator que privilegia o SM Tecnoparque, como na realização de parcerias para suprir as demandas militares, principalmente no quesito de softwares simuladores de combate e de geolocalização. Como também a própria existência do Polo de Defesa e a vinda de novos investimentos privados e olhares do setor público, nas forças armadas, para a cidade. (SEMINDE, 2016).

Quanto ao desenvolvimento da cidade, a Agência de Desenvolvimento de Santa Maria – uma associação de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, aberta a participação de todos – elaborou um mapa estratégico, em 2010, chamado “A Santa Maria que queremos” (Anexo B). Construção a partir da realização de fóruns temáticos e grupos de trabalho em 11 áreas específicas, além de aplicação de 10 mil questionários aos santa-marienses, a saber seus anseios para a cidade. (ADESM, 2016). Um fruto desse trabalho foi o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Santa Maria 2014-2030 (PLANO, 2013).

O mapa estratégico da ADESM (2016) contempla a temática de sustentabilidade, inovação e governança. Isso, por a estar ciente da importância desses temas para o desenvolvimento da região, além da existência de uma mobilização social facilitadora, no que diz respeito aos interesses do SM Tecnoparque.

Em outras palavras, o SM Tecnoparque conta com o apoio da comunidade local, sendo um ambiente favorável para a criação de projetos diretos que a beneficie, como *workshops* e minicursos de empreendedorismo.

3.2 O Santa Maria Tecnoparque

Criado em 2008, o Santa Maria Tecnoparque (Figura 9) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica própria, localizada na cidade de Santa Maria (RS, Brasil).

O SM Tecnoparque tem como áreas prioritárias para a atração de negócios: Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Metal-mecânico, Defesa, Aeroespacial, Agro tecnologia e Economia Criativa. Atualmente conta com 9 empresas residentes.



Figura 9: Logomarca do SM Tecnoparque
Fonte: SM Tecnoparque (2016).

Como direcionamento estratégico, o SM Tecnoparque apresenta a temática desenvolvimento regional sustentável explícita em sua missão, visão e negócio, destacadas no quadro 3.

SM TECNOPARQUE

MISSÃO	Promover o <u>desenvolvimento regional sustentável</u> , gerar oportunidades de desenvolvimento científico e tecnológico e disseminar a cultura de empreender e inovar.
VISÃO	Ser um Parque Tecnológico reconhecido até 2020 como referência nacional na promoção do <u>desenvolvimento regional sustentável</u> .
NEGÓCIO	Ser agente promotor do <u>desenvolvimento regional sustentável</u> , atuando como interface entre as Empresas, as Instituições Científicas e Tecnológicas e o Poder Público, fomentando o empreendedorismo e a retenção do capital humano na região, promovendo o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação

Quadro 3: Missão, visão e negócio do SM Tecnoparque
 Fonte: Adaptado de SM Tecnoparque (2016).

3.2.1 Histórico

No ano de 2005, foi constituído o Comitê de Empreendedorismo e Inovação de Santa Maria. A missão desse conjunto de esforços de atores de órgãos públicos, empresariais, acadêmicos e da sociedade em geral, era a de promover o desenvolvimento sustentável da região, a fortalecer a cultura inovadora e a inovação, com aproveitamento das potencialidades locais e a criar novas oportunidades de empreendimentos (COMITÊ, 2011).

Fatores como economia municipal dependente de recursos públicos, PIB e PIB *per capita* abaixo dos níveis estaduais e nacionais, entre outras fraquezas, motivaram o Comitê (2011) a estabelecer seis ações prioritárias, a concentrar seu foco. São elas:

- a) disseminação da cultura empreendedora;
- b) integração universidades-comunidade;
- c) comunicação interna e externa;
- d) políticas públicas;
- e) inovação tecnológica e

f) juventude empreendedora.

Justamente no item “inovação tecnológica”, o plano de ação foi a implementação de um parque tecnológico, além de um conselho de inovação tecnológica. Desse modo, em outubro de 2008, houve a concretização desse plano com a inauguração da entidade de direito privado, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica própria chamada Associação Parque Tecnológico de Santa Maria ou SM Tecnoparque.

As entidades fundadoras, consideradas associadas natas, são: Prefeitura Municipal de Santa Maria (PMSM), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Santa Maria (CACISM), Associação de Jovens Empresários de Santa Maria (AJESM) e Sindicato das Empresas de Informática do RS (SEPRORGS) (SM Tecnoparque, 2016).

Tal composição das esferas pública, privada e acadêmica, caracterizam o modelo de Tríplice Hélice, como ilustra a figura 10 para o caso santa-mariense.



Figura 10: A tríplice hélice do SM Tecnoparque
Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Conforme Zampieri et al. (2013), o SM Tecnoparque é promissor no que se refere à práticas relacionadas ao conceito de Tríplice Hélice. Onde, partindo de uma relação consolidada entre os atores sociais, permitirá a transformação da matriz econômica da região em um ambiente tecnológico, inovador e sustentável.

Com destaque no quesito inovação e atitude empreendedora – a associada nata da esfera acadêmica – UFSM foi pioneira na cidade com a inauguração da Incubadora Tecnológica de Santa Maria (ITSM), em 1999. Também algumas das empresas associadas ao SM Tecnoparque, originaram-se nesse outro ambiente de inovação da cidade (ZAMPIERI, 2010).

Outra ação de um associado nato que merece destaque – único da esfera pública – é o da PMSM que em 2010, por meio da Lei Municipal nº 5.306 (Anexo A), proporcionou incentivos à empresas inovadoras de base tecnológica. Alguns benefícios descritos são a redução ou isenção de impostos municipais, isenção de taxas, apoio na infraestrutura básica e subsídios para locação de área física, destinada à implantação de um empreendimento.

Ambos fatos que só corroboram a teoria de tríplice hélice de Elkington (2001), pelo compartilhamento de benefícios em poder de apenas uma esfera.

Além disso, o SM Tecnoparque é a entidade gestora do APL Centro Software, o que aproxima as empresas de tecnologia de informação e comunicação das atividades do parque.

3.2.2 Associados do SM Tecnoparque

Sobre a estrutura de associação do SM Tecnoparque, o artigo 15 do Estatuto (2012) estipula 4 tipos:

- a) Associado Contribuinte: pessoas físicas ou jurídicas que colaborem com uma UMC (Unidade Mínima de contribuição) de R\$100,00; limitando-se até 20 UMCs mensais;
- b) Associado Âncora: empresas e instituições com contribuições financeiras mensais superiores a 20 UMCs;
- c) Associado Nato: Instituições e empresas públicas e privadas que participaram do processo de criação do Parque Tecnológico;
- d) Associado Colaborador: Instituições ou pessoas físicas que concordem com

os objetivos e normas do Parque Tecnológico e queiram contribuir com seu trabalho voluntário para a entidade.

A hierarquia do SM Tecnoparque estrutura-se em cinco níveis, da seguinte forma:

1. Assembleia Geral: órgão máximo de deliberação da entidade. Com a participação de todos os níveis, deve reunir-se ao menos uma vez ao ano. A ela compete a eleição ou destituição do Conselho de Administração e o Conselho Fiscal;

2. Conselho de Administração: órgão colegiado superior formado por onze pessoas e tem como competências a designação de membros às diretorias, como também definir políticas, diretrizes, estratégias e planos da Associação para o alcance dos objetivos;

3. Conselho Fiscal: composto por três pessoas, tem a competência de examinar os registros de escrituração do SM Tecnoparque;

4. Diretorias: órgão executivo e administrativo, tem 5 componentes:

4.1. Diretor presidente: representante do SM Tecnoparque e fixa as normas de administração;

4.2. Diretor empresarial: incentivo à eficiência produtiva e a competitividade dos empreendimentos associados;

4.3. Diretor acadêmico: articulações entre governo, empresas, entidades empresariais e a academia;

4.4. Diretor administrativo e financeiro: assuntos administrativos e contábeis;

4.5. Diretor de gestão ambiental: promoção e zelo pela sustentabilidade ambiental do SM Tecnoparque e demais empresas.

5. Equipe Executiva: sazonais, são os únicos cargos remunerados, com competências de executar e implementar ações de acordo com orientações da Diretoria; realizar a comunicação institucional para com os associados e desempenhar funções administrativas e financeiras na coordenação do SM Tecnoparque. (ESTATUTO, 2012).

O organograma dessa composição pode ser conferido na figura 11.

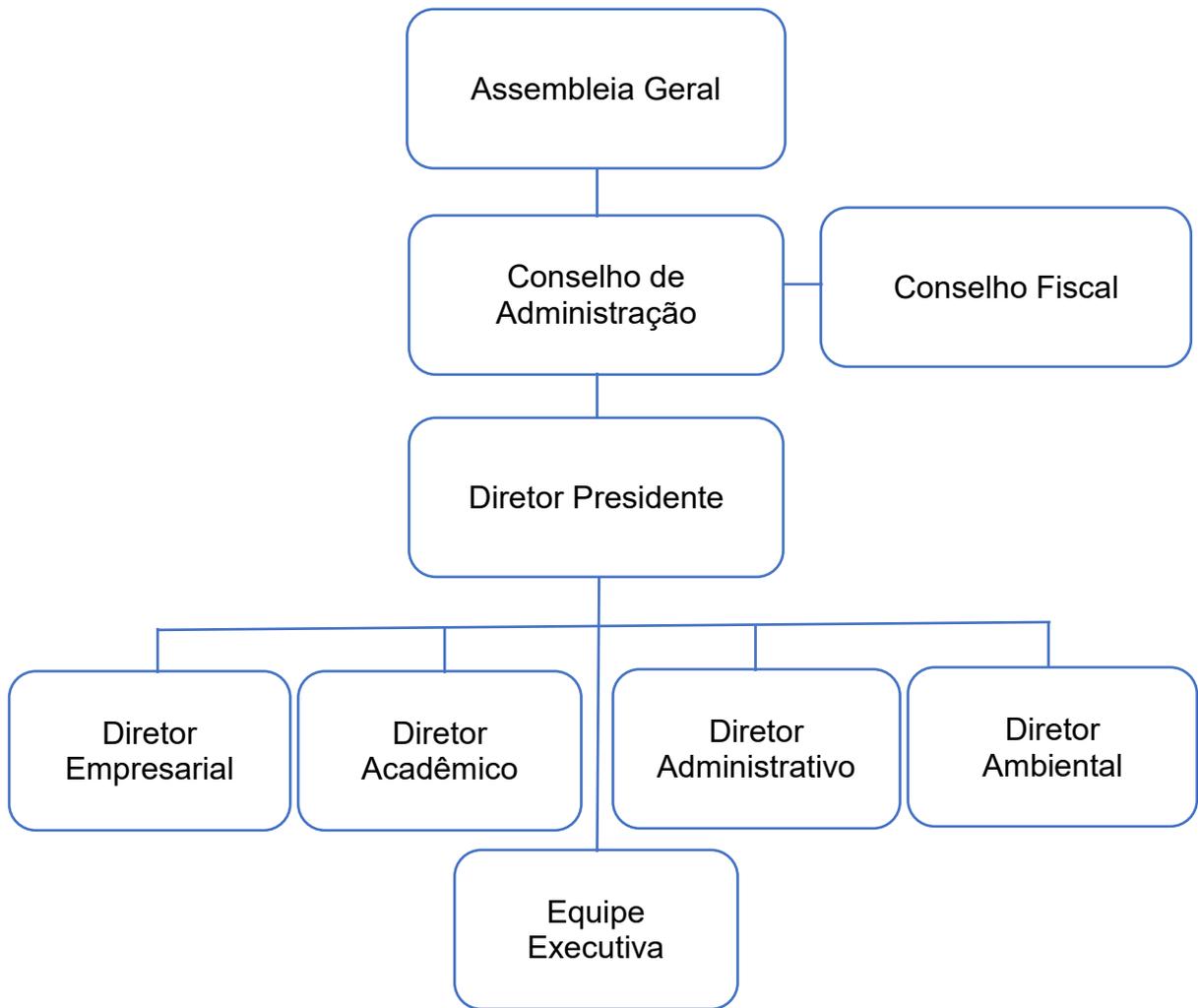


Figura 11: Organograma do SM Tecnoparque
Fonte: ZAMPIERI, 2013.

3.2.3 Estrutura física

No ano de 2010, iniciou a construção da estrutura física do parque, subsidiada por recursos federais em sua primeira etapa, e municipais na segunda; inauguradas juntas em 12 de dezembro de 2013. O prédio (Figura 12) de cerca de dois mil metros quadrados, iniciou abrigando 11 negócios. (UFSM NA MÍDIA, 2013).



Figura 12: Projeto arquitetônico do SM Tecnoparque concluído
Fonte: SM Tecnoparque (2016).

A estrutura física do SM Tecnoparque (Tabela 1) conta com laboratórios de informática de alta performance, simulação e prototipação; auditório; lancheria e restaurante; salas de gestão (51m² para a administração do SM Tecnoparque; 25m² para a governança dos Arranjos Produtivos Locais (APL) Tecnologia da Informação e Comunicação e Metal Mecânico e 25m² para sala de reuniões e videoconferências). Do espaço para as empresas, são 1,008 mil metros quadrados divididos em módulos de 38 metros quadrados, mais 1,04 metros quadrados customizáveis (UFSM NA MÍDIA, 2013).

Terreno	50.000 m ²
Área construída	4.500 m ²
- Bloco 1	1.915 m ²
- Bloco 2	2.609 m ²

Tabela 1: Estrutura física do SM Tecnoparque
Fonte: SM Tecnoparque (2016).

3.2.4 As empresas do SM Tecnoparque

O Santa Maria Tecnoparque conta com um total de 9 empresas residentes até o momento (quadro 4).

EMPRESA	AREA TECNOLÓGICA	ESTABELECIMENTO
	Gerenciamento de Impressão de Documentos	Criação: 2010 Ingresso no parque: 2015
	Websites, Jogos Online, Identidade Visual	Criação: 2012 Ingresso no parque: 2014
	Segurança Patrimonial e Pública	Criação: Ingresso no parque: 2016
	Rastreamento Veicular, Georreferenciamento, Inteligência em defesa	Criação: 2005 Ingresso no parque: 2013
	Branding e design estratégico	Criação: 2009 Ingresso no parque: 2016
	Indústria de máquinas de corte CNC em plasma e soldas em geral	Criação: 2006 Ingresso no parque: 2015
	Soluções em nutrição sustentável e orgânica	Criação: 2013 Ingresso no parque: 2013
	Identidade Visual, Embalagens, Design de Interação, Sinalização de interiores	Criação: 1996 Ingresso no parque: 2016
	Joias e Acessórios com Temática Gaúcha	Criação: 2012 Ingresso no parque: 2016

Quadro 4: Empresas do SM Tecnoparque
Fonte: Adaptado de SM Tecnoparque (2016).

As startups residentes no SM Tecnoparque são do ramo de tecnologia e 6 delas do setor de tecnologia de informação e comunicação. As restantes, dos setores metalomecânico, de design de moda e de joias e de produção de fertilizantes (SM TECNOPARQUE, 2016).

Conforme Kaufmann (2015), o curto tempo de mercado, apresentado pela maioria dessas empresas é característica comum de tais modelos organizacionais, até por ser um mercado ainda novo, mas que pode faturar bastante em pouco tempo.

Isso apenas com o uso da inovação em produtos, principalmente no desenvolvimento de softwares de inúmeras aplicabilidades.

Desde um software de máquinas para uma dada produção, quanto para o controle de codificação e interceptação de dados de uma nação, como os utilizados pelas grandes agências de segurança (CALAMANOVICI, 2011).

4. MÉTODO

O método é conceituado como um meio para a averiguação da realidade parcial (MARCONI e LAKATOS, 1999) e um processo para objetivar o discernimento da verdade (HAIR et al., 2005), este capítulo apresenta a caracterização metodológica e as respectivas ferramentas, as quais foram utilizadas para alcançar os objetivos propostos deste estudo.

Desse modo, descrevem-se a abordagem e o método escolhidos, detalham-se os atores da pesquisa, o processo de coleta de dados e a técnica adotada para a análise desses (RAMPAZZO, 2005).

4.1 Classificação da pesquisa

Em um primeiro momento, uma pesquisa científica relaciona-se com um dado problema, a investigar um fenômeno específico (CERVO e BERVIAN, 1996; GIL, 1999). Para Gil (2009) é preciso um método adequado a cada tipo de estudo, a fim de estabelecer uma construção linear entre os argumentos e torná-lo replicável para o avanço da ciência.

Por este estudo objetivar uma análise de influência, a partir das percepções dos atores entrevistados, faz-se necessária uma averiguação mais aprofundada do sujeito pesquisado e com maior riqueza de detalhes: fato de que o método *survey*, estatístico e com análise de dados, não seria o mais indicado por abordar opiniões pontuais e mais superficiais com maior relevância na grande quantia de respondentes (SILVA e MENEZES, 2001).

Para isso, quanto à forma de abordar o problema, a abordagem de pesquisa adotada foi a qualitativa, que conforme Triviños (1987), possui algumas características como ter o ambiente natural como fonte de coleta de dados e o pesquisador como instrumento-chave e ter como preocupação essencial, a busca de significado – compreensão dos fenômenos a partir do ponto de vista dos pesquisados.

Essa abordagem, por prestar maior atenção na semântica dos fatos, do indivíduo e de suas opiniões, reconsidera a valia das rotinas diárias e da produção da realidade social. O contexto no qual se insere a governança do desenvolvimento regional sustentável pelos parques tecnológicos é extremamente dependente da

relação entre diversos atores (corporativos, governamentais, acadêmicos) e de instituições (normas e regulamentos, cultura organizacional, leis, organizações), o que demanda atenção especial em relação à coleta e o tratamento dos dados obtidos.

Dos objetivos da pesquisa, foi possível verificar na revisão bibliográfica que os estudos na área de desenvolvimento regional sustentável e têm maior enfoque quantitativo, por se tratar em muitas vezes, de revisão cotidiana de políticas e práticas pontuais relacionadas ao tema, em uma populosa amostra (CATAPAN *et. al*, 2013).

Na análise do tema governança relacionado ao desenvolvimento sustentável, nota-se a relevância do tema de responsabilidade social corporativa, em voga nos estudos acadêmicos (PINHEIRO; CARRIERI; JOAQUIM; 2013). No tema de parques tecnológicos, o enfoque também tende a ser mais quantitativo, por ser recorrente em estudos nas áreas de conhecimento das engenharias, principalmente de produção, que aborda uma postura mais estatística (LEMOS; SILVA; CARDOSO, 2011; RODRIGUES, 2013).

Com isso, por se tratar de uma relação pouco investigada – o conceito governança em parques tecnológicos para o desenvolvimento regional sustentável – esta pesquisa toma caráter exploratório, que tem a finalidade de ampliar o conceito a respeito de um determinado fenômeno, por ser esse escasso ou pouco estudado (GIL, 2009). Complementa-se que o planejamento da pesquisa exploratória é flexível, por o pesquisador não possuir clareza do problema nem da hipótese a serem investigados (SILVA e MENEZES, 2001).

Após maior proximidade ao tema, visa-se a atingir o objetivo geral da pesquisa que é uma análise de percepções de envolvidos, quanto ao fenômeno de governança vincado ao desenvolvimento regional sustentável. Por isso, o estudo também é descritivo, por detalhar como ocorre tal inter-relação de fatos e temas científicos (GIL, 2009).

Para o atingimento dos objetivos propostos, tem-se as técnicas de revisão bibliográfica (fundamental para o entendimento do tema, ainda mais de caráter exploratório), estudo de caso (a questão do SM Tecnoparque) e a aplicação de entrevistas com os atores desse ambiente de inovação, a buscar o entendimento de suas percepções quanto à governança e desenvolvimento. O estudo de caso, de acordo com Yin (2001), investiga um problema atual em seu contexto de vida real, indicada para quando o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Torna-se possível a representação gráfica dessas conceituações citadas para composição metodológica do estudo (Figura 13).



Figura 13: Características metodológicas
Fonte: elaborado pelo autor (2016).

4.2 Sujeitos pesquisados

Conforme o explicitado na seção anterior, os sujeitos da pesquisa foram alocados em grupos, para uma aplicação de instrumentos de coleta de dados (apresentados na próxima seção) adaptada para o perfil de cada qual, a enriquecer os detalhes para o alcance dos objetivos.

Os 2 (dois) grupos principais de atores do SM Tecnoparque, a saber: os Gestores do SM Tecnoparque e os Empresários das empresas residentes. O primeiro grupo é caracterizado pela estrutura de Diretoria Executiva do parque tecnológico, composto por cinco membros: diretor presidente, diretor administrativo e financeiro, diretor empresarial, diretor acadêmico e diretor de gestão ambiental.

O segundo grupo compõe-se por empresários com negócios vinculados ao parque tecnológico, representando um número de 9 empresas já residentes no ano de 2016.

Desse modo, o número previsto de entrevistados é de 14 atores. Isso tendo como premissa de que, como o SM Tecnoparque está com sua estrutura flexível por conta de seu crescimento, durante as entrevistas pode vir a ter a entrada ou saída de

alguma empresa.

Cada grupo terá um roteiro próprio e direcionado, para que seja feita uma melhor coleta de entrevistas: aos Gestores, o roteiro encontra-se no Apêndice A e aos Empresários, no Apêndice B. Também para maior clareza em ilustrações e análises (após a aplicação das entrevistas) dessa classificação, esses atores são nomeados da seguinte forma: se gestores, estão precedidos pela letra “G”, mais o número que vai caracterizá-lo, permanecendo esse durante todo o estudo; se empresários, pela letra “E”, mais o número de identificação.

Como esses números já são de conhecimento, pelo acesso ao portal do SM Tecnoparque e demais documentos, os gestores serão de G1 a G5 e os empresários residentes de E1 a E9 (Tabela 2).

ATORES	CLASSIFICAÇÃO
Gestores	G1; G2, G3, G4 e G5
Empresários	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8 e E9

Tabela 2: Sujeitos da pesquisa
Fonte: elaborado pelo autor (2016).

4.3 Instrumentos de coleta de dados

Os roteiros das entrevistas (Apêndices A e B) são compostos de um questionário de perguntas semiestruturadas, elaborado mediante revisão bibliográfica e adaptação do estudo de Melo (2011).

A escolha de dada fonte para o roteiro em adaptação deu-se por base de busca de casos já contemplados, com a aplicação dos temas governança e parques tecnológicos. Estando a contribuição científica de Melo (2011) em maior adequação aos objetivos da presente pesquisa, o desenvolvimento das perguntas aos sujeitos de pesquisa deu-se a partir de levantamento bibliográfico e adequação ao conceito da *triple bottom line*, como ilustra o quadro 5. O roteiro de entrevistas também será submetido a uma consulta de especialistas, para maior confiabilidade do estudo.

ROTEIRO DE ENTREVISTA	PERGUNTAS	AUTORES
GESTORES (APÊNDICE A)	1	MINTZBERG; AHLSTRAND E LAMPEL (2000);
	2	MINTZBERG; AHLSTRAND E LAMPEL (2000);
	3	MINTZBERG; AHLSTRAND E LAMPEL (2000);
	4	PROVAN; KENIS(2008);
	5	PROVAN; KENIS(2008);
	6	SCHUMPETER, (1985); TIDD; BESSANT; PAVITT (2005);
	7	AMARAL FILHO (1996); LIMA (2013); ELKINGTON, (2001); SACHS (2002)
	8	THOMPSON; STRICKLAND; GAMBLE (2008); SCHUMPETER, (1985); TIDD; BESSANT; PAVITT (2005); TAKAHASHI e TAKAHASHI (2007)
	9	MELO (2011);
EMPRESÁRIOS (APÊNDICE B)	1	MINTZBERG; AHLSTRAND E LAMPEL (2000);
	2	SCHUMPETER, (1985); TIDD; BESSANT; PAVITT (2005);
	3	ELKINGTON, (2001);
	4	ELKINGTON, (2001); SACHS (2002)
	5	BOISIER (1996);
	6	BOISIER (1996);
	7	PROVAN; KENIS(2008);
	8	MELO (2011);

Quadro 5: Relação entre bibliografia e roteiro.
Fonte: elaborado pelo autor (2016).

A proporcionar melhor esclarecimento entre objetivos do estudo e as questões do roteiro de entrevistas, a tabela 3 tem a função de ilustrar a operacionalização da pesquisa, como também as fontes de coleta para cada qual. Como o objetivo permeará todas as perguntas, essa tabela apresenta apenas a relação pontual entre as questões e os objetivos específicos (Tabela 3).

Minayo (1996, p. 109) define a “palavra como símbolo de comunicação”, pois é a partir dessa que o entrevistado se comunica e expressa seus valores, sentimentos, opiniões, dentre outras manifestações pessoais.

Da característica de entrevista semiestruturada, entende-se que é aquela em que o entrevistador dispõe de um roteiro-guia, contudo, se oportuno, não segue a ordem e pode incluir novas questões, mas sempre a respeitar os objetivos da investigação (BRANDÃO, 2000; ZANELLA, 2009).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	FONTES DE COLETA	Nº DAS PERGUNTAS	
		GESTORES (APÊNDICE A)	EMPRESÁRIOS (APÊNDICE B)
Investigar as <u>prioridades e políticas</u> propostas no planejamento do Santa Maria Tecnoparque;	Análise documental, entrevista e observação	1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8 e 9.	2; 3; 7 e 8.
Verificar a atual <u>fase de implantação</u> das empresas do parque e seus <u>direcionamentos estratégicos</u> ;	Análise documental, entrevista e observação	2; 5; 7; 8 e 9.	1; 4; 5; 6; 7 e 8.
Identificar as <u>relações interorganizacionais</u> das empresas que compõem o Santa Maria Tecnoparque;	Entrevista e observação	1; 4 e 9;	4; 5; 6 e 7.
Averiguar como os gestores do SM Tecnoparque e os empresários residentes o veem como <u>agente para o Desenvolvimento Regional Sustentável</u> .	Entrevista e observação	3; 7; 8 e 9.	2; 3; 7 e 8.

Tabela 3: Operacionalização do método
 Fonte: adaptado de Melo (2011).

4.4 Análise de dados

Quando uma entrevista é utilizada como ferramenta científica, parte-se da ideia de que, “por trás do discurso aparente, simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar” (GODOY, 1995, p.23).

Dessa forma, é preciso um maior aprofundamento na busca semântica dos “dados” coletados nas entrevistas. Conforme Godoy (1995), é indicada a análise de conteúdo, que prevê três fases fundamentais: pré-análise (a partir de uma leitura superficial nos documentos que serão submetidos à análise), exploração do material e tratamento dos resultados. Uma leitura nunca será neutra, por mais que isso possa dissipar o sentido real das palavras do entrevistado, já que um texto tem muitos significados (MORAES, 1999).

Conforme Bardin (2009), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Já como afirma Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Todas as entrevistas realizadas foram registradas em formato mp3 em gravador digital embutido em smartphone, com autorização dos entrevistados (conforme Apêndice C) e transcritas. Para a operacionalização desse processo, foi empregado o software de análise de conteúdo QSR International NVivo 10 para Windows, que qualifica o material coletado por validá-lo e criar confiança, além de facilitar e agilizar as análises (MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011).

Para Lage (2011), o NVivo é o software mais utilizado para pesquisas qualitativas no ambiente acadêmico brasileiro. Para auxiliar na codificação das entrevistas e seleção dos trechos utilizados no corpo da dissertação.

Na elaboração das nuvens de palavras, serão utilizadas até 50 palavras, com no mínimo 3 caracteres, porém com preposições e demais palavras indiferentes à análise na lista de Palavras Impedidas.

Sobre as questões dos relatórios (Apêndices A e B), em sua maioria têm a função de analisar a percepção dos entrevistados quanto a processos de gestão e governança, de forma mais ampla. Assim, a não explicitar frequentemente o tema de desenvolvimento regional sustentável. Tal fato, em razão de verificar se a ideologia e as práticas desse modelo de desenvolvimento, visionado pelo SM Tecnoparque, estão de fato inseridas no senso diário da organização.

As categorias de análise a serem empregadas serão as componentes da *triple bottom line* – ambiental, econômica e social – mais o fator governança, a analisar a

assim a percepção dos gestores (reconhecimento de práticas) e dos empresários (aplicabilidade de práticas) quanto ao SM Tecnoparque como agente para o Desenvolvimento Regional Sustentável de Santa Maria.

Aos gestores, será reconhecimento, por conta de saberem quais os princípios do SM Tecnoparque, enquanto que aos empresários, a aplicabilidade, no sentido de terem ou não a noção desse alinhamento para com o parque na busca do Desenvolvimento Regional Sustentável.

Com isso, serão alinhados os objetivos específicos, adaptados de Melo (2011) que estão correspondidos diretamente às questões das entrevistas, conforme a relação na Tabela 3, para uma análise mais eficaz do conteúdo para este método.

Os pontos analisados serão sobre a governança do parque (especificamente sobre planejamento e políticas de gestão), a fase de implantação das empresas e seus direcionamentos estratégicos (maturidade e se estão alinhadas aos princípios de parque), as relações interorganizacionais dessas (se colaborativa) e como todos veem o parque como um agente para o desenvolvimento regional sustentável (nas perspectivas da sustentabilidade: ambiental econômico e ambiental).

4.5 Desenho da pesquisa

O presente estudo está dividido em três etapas, como é possível visualizar no framework (Figura 14).

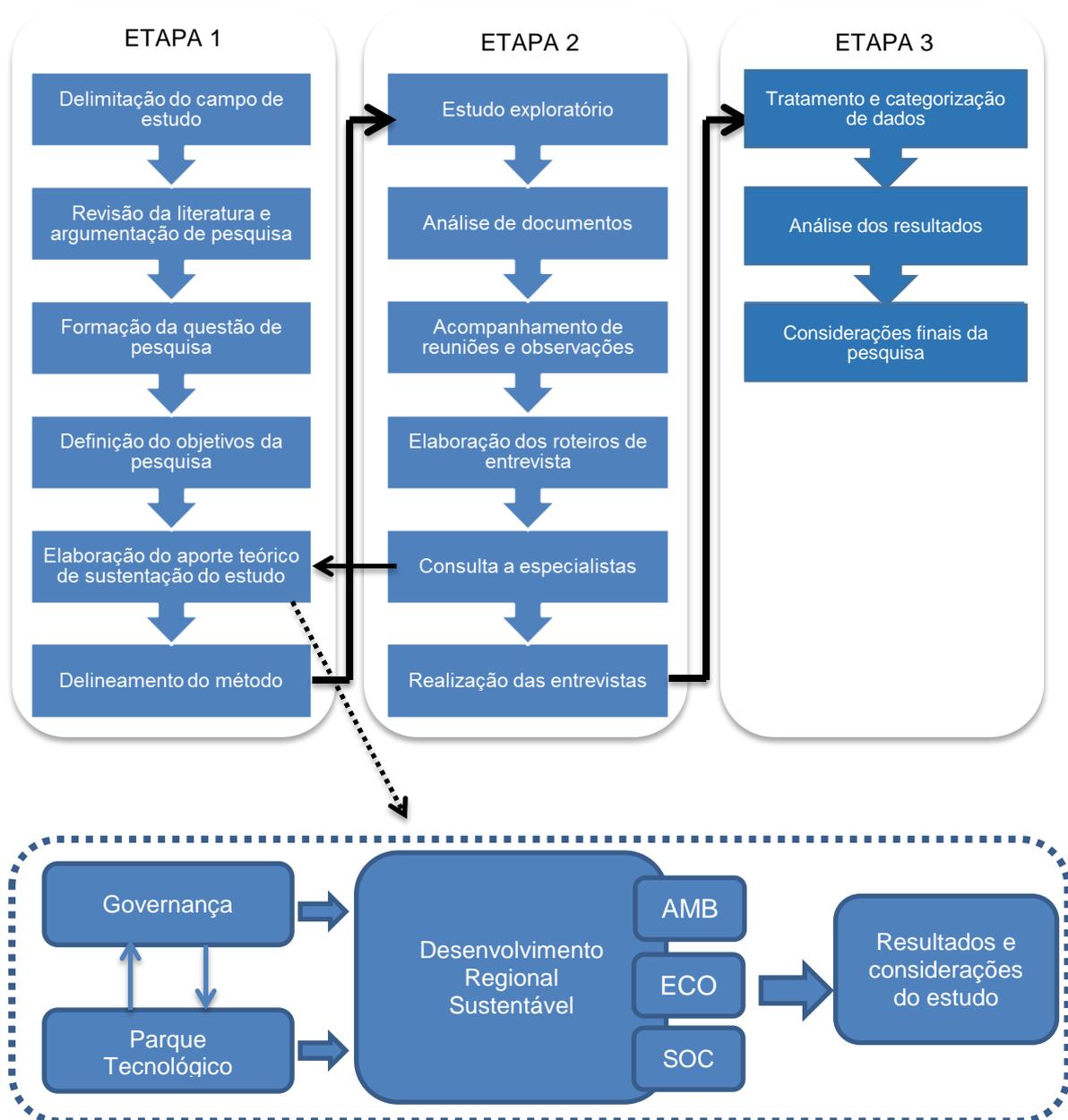


Figura 14: Etapas da pesquisa.
Fonte: elaborado pelo autor (2016)

5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo dedicado à análise das entrevistas, embasadas no arquétipo teórico já definido, pode-se inferir como estão as relações entre os gestores e empresários residentes do SM Tecnoparque e se essa governança está alinhada para um desenvolvimento regional, de forma sustentável.

A seguir, alguns detalhes sobre o processo de execução das entrevistas. O tempo médio das entrevistas foi de 35 minutos e da primeira à última foi um período de duas semanas. Ao final, o entrevistado assinava a ata, a qual consta no Apêndice C desse estudo.

O número previsto de entrevistas primeiramente foi de 14, porém foram contabilizadas 13 por um dos respondentes ser proprietário de duas empresas. Apenas duas entrevistas foram realizadas in loco, no SM Tecnoparque, sendo as outras em locais alternativos, geralmente por motivo de agenda.

O parque está aberto e em funcionamento, porém há pouca circulação de pessoas no local, além de as poucas empresas que lá estão, estarem com as salas vazias. Algumas dessas por conta da tão comentada questão de liberação de alvarás da Prefeitura Municipal e do Corpo de Bombeiros, o que se evidencia de modo agravado na cidade pelo caso Kiss em 2013, uma tragédia que vitimou 242 pessoas.

A partir do uso do software de análise de conteúdo das entrevistas, NVivo 10, nuvens de palavras estão a ilustrando, a indicarem os termos mais citados pelos entrevistados, ao serem cruzados os dados.

Aponta-se que na primeira análise realizada quanto às nuvens de palavras, os termos “empresa” e “parque” apareceram com destaque em totalidade. Com isso, esses foram ocultos, a privilegiar o outros.

5.1 Governança do SM Tecnoparque

5.1.1 Gestores

Quantos aos gestores do SM Tecnoparque à luz do primeiro objetivo específico deste estudo, “investigar as prioridades e políticas propostas no planejamento do

Outros pontos contraditórios quanto ao parque, foram os argumentos de não haver um planejamento de longo prazo, até mesmo por outra condição. A real necessidade da vinda de uma empresa âncora ou não para o SM Tecnoparque. Há quem acredite que só com a chegada de uma organização de referência que o parque vá crescer, a atrair outras startups. Foram citadas aceleradoras, entre outras empresas das áreas de inovação. E há argumentos de que na era da informação na qual vivemos, não se faz necessária a vinda física de alguém de fora, a promover o desenvolvimento endógeno, com o pensamento citado do “agir local e impactar global”.

Quanto ao baixo número de empresas residentes, o que se esperava era que com a criação do SM Tecnoparque, a hélice acadêmica da cidade proviria de projetos de negócios para a instalação no parque. Não foi o que aconteceu e estão todos pensando em como torna-lo mais atrativo.

As últimas vantagens competitivas adicionadas ao parque foram cabos de fibra ótica com internet de alta velocidade, o que o torna o local como um dos locais com internet mais rápida e estável na região e a compra de um gerador elétrico, a fim de o SM Tecnoparque ser autossuficiente em energia, ainda que com suas dependências todas ocupadas.

A busca agora é pela abertura do restaurante, com infraestrutura já pronta, dentro do parque. Fato esse que colabora para a maior permanência e compartilhamento de ideias e parcerias para quem lá estiver, a usufruir mais de sua estrutura.

5.1.2 Empresários

Já quanto aos empresários entrevistados, no que tange ao primeiro objetivo específico do estudo de “investigar as prioridades e políticas propostas no planejamento do parque”, a maioria não consegue perceber um planejamento real do parque, mas reconhecem as políticas e missão que prime o desenvolvimento regional sustentável. Como também o entendimento das práticas que dizem respeito às questões sociais, ambientais e econômicas.

Houve relatos de uma diretoria um pouco distante da realidade da realidade das empresas, e que deveria a focar no processo de atração de novas empresas.

empreendedorismo criado por uma organização estadunidense de mesmo nome, que ocorreu em um final de semana maio de 2016. Esse evento, berço de aplicativos de startups globais como Easy Taxi e Foodspoting, propõe que equipes desenvolvam ideias de negócios em 54 horas, a fim de que se tornem uma startup. (STARTUP WEEKEND, 2016). Com isso, foram apresentadas várias ideias promissoras, e às vencedoras, foram mostrados interesses de empresas do parque.

Outro evento que promove o SM Tecnoparque é o SEMINDE (Seminário Internacional de Defesa), que está com sua terceira edição em 2016, e reúne autoridades da área militar e empresas de vários países.

Desse modo, conforme o revisado na bibliografia, quanto à investigação do planejamento do parque que está no quesito governança, mais próximo do modelo de Organização Administrativa da Rede (OAR), é interessante que haja maior participação e comprometimento de um todo, já que há reuniões mensais apenas entre a diretoria e semestrais com o corpo inteiro de relacionados ao parque (ROTH, 2012; WEGNER, 2012).

Assim como também um maior acompanhamento das empresas, por mais que não se trate de uma incubadora, por ao menos desenvolver junto as primeiras, a servir como chamariz e vantagem competitiva para o ingresso e realização de novos negócios no SM Tecnoparque.

5.2 Implantação das Empresas

5.2.1 Gestores

Quanto ao segundo objetivo específico de “verificar a atual fase de implantação das empresas do parque e seus direcionamentos estratégicos”, como bastante citado no quesito de planejamento, o que é preciso agora para o desenvolvimento do SM Tecnoparque é a atração de empresas. E essa tem sido a atual motivação dos gestores para que o parque cresça.

A estratégia principal tomada tem sido o investimento em infraestrutura, desde sua concepção, para que atraia empresas para uma cidade com pouca indústria, mas com muitas oportunidades de inovação e aplicação de tecnologia, por conta das

desenvolvimento de sistemas e simuladores; manutenção, reparação, adaptação e modernização de veículos para o setor de defesa e segurança; telecomunicações; defesa cibernética; micro controladores; e aeronaves experimentais (SEMINDE, 2016).

5.4 SM Tecnoparque: Agente para o desenvolvimento regional sustentável?

5.4.1 Gestores

Aos gestores do SM Tecnoparque, sobre “averiguar como os gestores do SM Tecnoparque e os empresários residentes o veem como agente para o Desenvolvimento Regional Sustentável”, todos têm plena convicção da relevância do parque para contribuir nesse aspecto. Porém, não tanto a fim de ser uma agente, mas sim que seria um conjunto maior, juntamente ao poder público e universidades. Ainda que o parque consiga reter mais talentos na cidade, fazem-se necessários apoios e parcerias consolidados.

Quanto ao desenvolver regionalmente, é unânime o pensamento de que todos serão influenciados pelo parque, quando esse apresentar maior autonomia e mercado. Principalmente por o Brasil carecer de atitudes semelhantes que envolvam alta tecnologia aplicada, fora do eixo das capitais, e não somente produção primária (CORREIA, 2010).

Os principais pontos em destaque sobre o desenvolvimento regional sustentável é que o próprio parque ainda não está confortável no quesito econômico, principalmente por conta do trancamento de muitos dos editais de fomento que o beneficiavam, por conta dos cortes governamentais, remanescentes da atual crise político-econômica. Porém todos os processos do parque seguem com afinco na perspectiva da sustentabilidade.

Observa-se na nuvem de palavras que os principais termos foram “cidade”, “evento”, “desafio”, “competitivas”, “empreendedorismo” e “ambiente” (Figura 21).



Figura 22: Nuvem Empresários x Obj 4.
Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Porém faz-se normal o comentário de que ainda não presenciaram o controle ou programas maiores, por parte da diretoria, que incentive projetos e/ou práticas socioambientais. Mas muitos remetem isso à falta de empresas, onde a diretoria estaria mais preocupada em captação de novos negócios.

Alguns dos empresários disseram que nunca haviam pensado muito sobre o tema e que mudaram práticas diárias, como redução de água e energia, após terem entrado no parque. O que trata um pouco da lógica da sustentabilidade, no que diz respeito de ser um processo interno, primeiramente (ELKINTON, 2001).

Quanto à sustentabilidade econômica, o fato de estar em um parque tecnológico, que todos esperam que atraia mais empresas, é um fator positivo no que tange às parcerias, prospecção de novos negócios e co-working.

Alguns dos projetos socioambientais relatados foram:

- Uma empresa não residente, mas de propriedade de um de seus diretores possui uma lixeira com coleta seletiva no parque, além de também fazer a destinação dos rejeitos;
- E2: Uma instituição de caridade da cidade é eleita semestralmente, para que seja feita toda sua identidade virtual no formato de um site. Tudo de forma gratuita. Neste semestre, trabalha-se com o site de um asilo;
- E7: Recolhe-se e leva-se computadores para o Centro Marista de Inclusão Digital (CMID), instituição em um bairro carente nas proximidades do parque que presta trabalhado social;
- E7: Desenvolvimento gratuito de um projeto de vídeomonitoramento

juntamente à Brigada Militar (Polícia Militar gaúcha), para que Santa Maria tenha a polícia mais tecnológica do estado, a aumentar a segurança e o bem-estar social. Sendo cobrado apenas o material.

Nota-se que são poucas, mas importantes práticas já desenvolvidas por empresas envolvidas com o parque. Ainda que nem todas privilegiem a sustentabilidade socioambiental, como no quesito segurança, que seria praticamente irrelevante em uma sociedade mais sustentável (ELKINGTON, 2001; SACHS, 2002).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar como a governança existente no SM Tecnoparque influencia para o Desenvolvimento Regional Sustentável de Santa Maria.

Com base nos argumentos, nota-se que por mais que a situação do SM Tecnoparque pareça avançar lentamente e sem muitas expectativas, há muita força de vontade e visão empreendedora em muitos dos diretores e empresários que lá estão.

A real intenção de reter os talentos que as universidades da região qualificam é um princípio claro de sua função, o que pode estar sendo prejudicado no não lançamento de editais, como os de sua construção e desenvolvimento, por conta da atual crise político-econômica do Estado.

Além disso, as nove empresas residentes no SM Tecnoparque poderiam ser geradoras de fontes para novos investimentos, mas por tratar-se de ainda ser um ambiente novo e recentemente “povoado”, não é o que tem acontecido.

Todavia, a busca de novas parcerias, frequente representação em eventos, fomento de eventos para maior postura empreendedora na região e apoio aos três arranjos produtivos locais, trazem visibilidade ao parque.

Há a esperança que, especificamente, o APL Polo de Defesa traga melhores oportunidades ao parque, por tratar-se de investimentos público-privados por conta do local em que está: grande quantidade de capital intelectual gerado pela hélice da Academia, segundo maior contingente militar do país e boa localização, bem ao centro do estado do Rio Grande do Sul, próximo às fronteiras e centros industriais maiores.

6.1 Limitações e Estudos Futuros

Para a realização do estudo, ocorreram algumas limitações, seguidas de possíveis sugestões para estudos que consigam tomar este como referência:

- Santa Maria e COREDE Central: Ainda que o registro de região no estabelecimento do SM Tecnoparque figure como COREDE Central, o estudo buscou foco na principal cidade desse conjunto, Santa Maria. Uma por essa cidade ser considerada a influenciadora da região em muitos aspectos, e outra

que por mais que haja interesses de empresas da região no parque, conforme citado nas entrevistas, sua imagem ainda é tímida em uma relação direta para com os outros municípios. Sugere-se que outros estudos busquem dados do território maior de onde está o ambiente de inovação, para que os resultados beneficiem de forma melhor o contexto regional.

- Arranjos Produtivos Locais: Santa Maria é uma cidade com três APLs estabelecidos: o Metal Centro (metal-mecânico), Centro Software (tecnologia de informação e comunicação) e Polo de Defesa (defesa e segurança). Sugere-se que em outros estudos esses sejam incluídos nas entrevistas, juntamente a um framework que consulte o tema de redes.
- Incubadoras Tecnológicas e outros ambientes de inovação: Outros trabalhos poderão tratar de relações em transferência de tecnologia e sucesso de empresas incubadas para parques tecnológicos no Brasil, o que ainda não aconteceu no caso do SM Tecnoparque.
- Fases do Parque e Sustentabilidade: Faz-se interessante uma relação de crescimento de práticas sustentáveis em relação ao tempo, tanto nas empresas de um parque, quanto em sua estrutura inteira. Não consta essa relação no estudo por o SM Tecnoparque ainda estar em fase de desenvolvimento.
- Diretoria Ambiental: Investigar como os parques tecnológicos estão lidando com as questões de sustentabilidade socioambiental no Brasil e no mundo. Assim como ver a existência e efetividade de cargos de gestão que abordem a temática.

Com isso, espera-se que este estudo possa servir como base de consulta para estudos e motivação para trabalhos futuros, tanto para o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul, quanto para o de outros ambientes de inovação.

REFERÊNCIAS

ADESM. **Portal da Agência de Desenvolvimento de Santa Maria**. Disponível em: <<http://adesm.org.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

AGITTEC. **Portal da Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia da Universidade Federal de Santa Maria**. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/agittec/>>. Acesso em: 6 abr.2016.

ALBAHARI, A; PÉREZ-CANTO; S.; BARGE-GIL, A.; MODREGO, A. Technology parks versus Science parks: does the university make the difference?, **Munich Personal RePec Archive**, n. 49227, aug., 2013. Disponível em: <http://mpra.ub.unimuenchen.de/49227/1/MPRA_paper_49227.pdf>. Acesso em : 8 fev. 2016.

ALIGLERI, L. M. **A adoção de ferramentas de gestão para a sustentabilidade e a relação com os princípios ecológicos nas empresas**. Tese – Doutorado em Administração, Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-21062011-163621/en.php>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**, n.14. Brasília: IPEA, 1996.

_____. Cultura, criatividade e desenvolvimento. **Políticas culturais em revista**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3727/2792>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

AMIN, A.; THRIFT, N. **Globalisation, institutions and regional development**. Oxford: Europe Oxford University Press, 1994. Disponível em: <https://www.hcu-hamburg.de/fileadmin/documents/Professoren_und_Mitarbeiter/Gernot_Grabher/disembed_econ.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

ANPROTEC. **Aventura do possível: ANPROTEC 20 anos**. Brasília: ANPROTEC, 2007. Disponível em: <<http://peruincuba.net/portal/pdfs/2008/1.pdf> >. Acesso em: 12 fev. 2016.

____. **Portfólio de parques tecnológicos no Brasil** – versão de trabalho. Brasília: ANPROTEC, 2008. Disponível em: <http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/portfolio_versao_resumida_pdf_53.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

____; ABDI. **Parques Tecnológicos no Brasil: estudo, análise e proposições** – completo. Brasília: ANPROTEC/ABDI, 2007. Disponível em: <<http://www.agencia.fapesp.br/arquivos/estudo-sobre-parques-mais-completo.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

ATLAS, Atlas Socioeconômico do RS. **COREDES**. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=349>>. Acesso em: 13 abr. 16.

AUDY, J. L. N.; CUNHA, N. C. V. D.; FRANCO, P. R. G. TECNOPUC: uma Proposta de Habitat de Inovação para Porto Alegre, **Seminário ANPROTEC**. 2002. Disponível em: <<http://anprotec.org.br/site>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Texto para discussão – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: IPEA, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0630.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BARBIER, E. B. The concept of sustainable economic development. **Environmental Conservation**, v. 14, n. 2, p. 101-110, Londres: The foundation for environmental conservation, 1987. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayFulltext?type=1&fid=5931424&jid=ENC&volumeld=14&issueld=02&aid=5931416&bodyId=&membershipNumber=&societyETOCSession=>>>. Acesso em: 20 mar. 2016;

BARBIERI, J. C. Desenvolvimento sustentável regional e municipal: conceitos, problemas e pontos de partida. **Administração Online**, v. 1, n. 4, 2000. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art14/barbieri.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BLOOMBERG. **Bloomberg Business**: Brown's California overtakes Brazil with companies leading the world, 15 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2016-01-16/brown-s-california-overtakes-brazil-with-companies-leading-world>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. **Família & escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.13, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: IPEA, 1996. Disponível em: <http://www.cni.unc.br/unc2009/mestrado/mestrado_materiais/boisier,_s_em_busca_do_esquivo.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BÜTTENBENDER, P. L.; SIEDENBERG, D. R. ALLEBRANDT, S.L. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) RS: Articulações Regionais, Referenciais Estratégicos E Considerações Críticas. **Revista Desenvolvimento Regional em debate**. Canoinhas/ SC, ano 1, n. 1, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/66/91>>. Acesso em: 14 abr.2016.

CALMANOVICI, C. E. A inovação, a competitividade e a projeção mundial das empresas brasileiras. **Revista USP**, no.89, Universidade de São Paulo, São Paulo, mar. /maio 2011. Disponível em: <http://rusp.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010399892011000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 mai. 2016.

CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARNAÚBA, A. A. C. Governança em redes interorganizacionais. **Desenvolvimento e Gestão**, v.15, n.3, p.255-271, set./out./Nov./dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/facefpesquisa/article/viewFile/548/512>>. Acesso em: 2 mai. 2016.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Aglomeraciones, cadeias e sistemas produtivos e de inovação**. Brasília: IEL, 2001. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/gei/gil>>. Acesso em: 04 mai. 2016.

CATAPAN, A.; TORTATO, U.; SANTOS, D. F.; SANTOS, R. C. Sustentabilidade: uma investigação da produção científica brasileira no período de 2001 à 2011. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 187-202, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/revistas/MethodistaSP/REFAE/v04n02/v04n02a10.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHERTOW, M. R. "Uncovering" Industrial Symbiosis. **Journal of Industrial Ecology**, v. 11, n. 1, p. 11-30, jan. 2007. Disponível em: <<http://is4ie.org/resources/Documents/uncovering%20IE.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

CENTRO SOFTWARE. **Portal do APL Centro Software**. Disponível em: <<http://centrosoftware.com.br/>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

CHIOCHETTA, J. C. **Proposta de um Modelo de Governança para Parques Tecnológicos** – Tese, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28794/000770257.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 20 fev. 2016.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 8ª Ed., 2006.

COE, N. M. H.; MARTIN, H.; WAI-CHUNG, Y.; DICKEN, P.; HENDERSON, J. Globalizing regional development: a global production networks perspective. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.29, p.468–484, 2004.

COFFEY, W.; POLEÈSE, M. The concept of local development: a stages model of endogenous regional growth. **Papers in Regional Science**. v.55, n.1, p.1-12, 2005.

COMITÊ. **Comitê de Empreendedorismo de Santa Maria: Apresentação**, 2011. Disponível em: <<http://adesm.org.br/wp-content/uploads/2011/09/Apresentacao-Comit%C3%AA-Empreendedorismo.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

COREDE CENTRAL. **Caminhos 2030: Planejamento Estratégico Regional – Relatório 2009/2011**, 2009. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=EgmICuxQt1l%3D&tabid=5363&mid=7972>>. Acesso em: 11 abr.2016.

CORREIA, A. M. M. **Potencialidades e limites para o desenvolvimento econômico e inovativo local: uma análise comparativa em parques tecnológicos da região nordeste**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1113 >. Acesso em: 10 mar. 2016.

DAEJEON GIF. **Site do Fórum de Inovação Global de Daejeon**: 2016 DGIF. Disponível em: <http://daejeongif.org/ds2_1_1.html />. Acesso em: 22 mar. 2016.

D'AGOSTINI, L. L. M. A bolha imobiliária no Brasil está formada. **Economia & Tecnologia**. Centro de Pesquisas Econômicas (CEPEC); Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE); Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, n. 6, v. 23, p. 47-51, out-dez, 2010. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/ret/article/viewFile/26896/17926#page=47>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

DALLABRIDA, V. R. **O desenvolvimento regional**: a necessidade de novos paradigmas. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

DICKEN, P. **Mudança global**. Mapeando as novas fronteiras da economia mundial. Porto Alegre: Bookman. 2010.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. Trad. Patrícia Martins Ramalho. São Paulo: Makron Books, 2001.

ETZION, D. Research on organizations and the natural environment, 1992-present: a review. **Journal of Management**, v. 33, n. 4, p. 637-664, 2007. Disponível em: <<http://www.uk.sagepub.com/fineman/Reading%20On/Chapter%2013a%20-%20Etzion.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

ETZKOWITZ, H. **Hélice triplíce**: universidade-indústria-governo: inovação em ação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

ESTATUTO. **Consolidação de estatuto social**: Associação Parque Tecnológico de Santa Maria, 2012. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/sh/tff2bvw33ysvc9w/AACLmQ5OavVQQ2LWgfNVpqqra/ANEXO%20VI%20-%20Estatuto.pdf?dl=0>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

EURADA. The European Association of Development Agencies. **How to be an entrepreneurial region for the next ten years**. 2002. Disponível em: <<http://www.eurada.org/files/SME%20support/How%20to%20be%20an%20entrepreneurial%20region%20for%20the%20next%2010%20years.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

FEE, Fundação de Economia e Estatística do Governo do estado do Rio Grande do Sul. **Resumos estatísticos do RS COREDE CENTRAL**. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 14 abr.2016.

FREY, K. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista de Sociologia Política**, n. 21, p. 165-195, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a11n21.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FIGLIOLI, A; PORTO, G. S. Financiamento de parques tecnológicos: um estudo comparativo de casos brasileiros, portugueses e espanhóis, **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, USP, São Paulo, v. 47, n. 2, p.290-306, abr.-jun., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v47n2/a10v47n2.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: FISCHER, T. (org.). **Gestão estratégica: cidades estratégicas e organizações local**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000111&pid=S0034-7612200900050000500007&lng=en>. Acesso em: 2 mai. 2016.

FONSECA, I. F.; BURSZTIN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 17-46, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a03v24n1>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

FRITSCH, M; MUELLER, C. The Effects of New Business Formation on Regional Development Overtime: the case of Germany. **Regional Studies**, v. 4, n. 38, p. 961-975, 2004. Disponível em: <http://download.springer.com/static/pdf/950/art%253A10.1007%252Fs11187-007-9067-9.pdf?auth66=1427265799_e5fa9ba63d0c85ad2aa13da5004d063e&ext=.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

GANZERT, C. C.; MARTINELLI, D. P. Transferência de conhecimento em sistemas regionais de inovação: a perspectiva do caso do Vale do Silício Californiano. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 10, n. 2, Campo Grande, jul-dez, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v10n2/v10n2a03.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIUGLIANI, E. **Modelo de governança para parques científicos e tecnológicos no Brasil**. Tese – Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://btd.egc.ufsc.br/wpcontent/uploads/2011/08/Eduardo_Giugliani.pdf >. Acesso em: 26 mar. 2016.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, 65-71, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

GUERREIRO, E. P.; MONTEIRO, E. S.; NANNI, H. C. Desenvolvimento Sustentável e Governança Participativa: Arranjo Produtivo Local e Parque Tecnológico de Santos. In: **2nd International Workshop: advances in cleaner production**. São Paulo, Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.advancesincleanerproduction.net/third/files/sessoes/6A/8/Monteiro_ES%20-%20Paper%20-%206A8.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

GRI. **G4 Sustainability Reporting Guidelines**, 2013. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resource/library/GRIG4-Part1-Reporting-Principles-and-Standard-Disclosures.pdf>>. Acesso em 26 mar. 2016.

HAIR JR, J.F.; R.E. ANDERSON; R.L. TATHAM; W.C. BLACK. **Análise Multivariada de Dados**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, L.H. **Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial**. 3ª edição. São Paulo: Cultrix, 1999.

IASP. **29th World Iasp Conference: theme**. Disponível em: <<http://www.iasp2012tln.com/en/Conference/theme> >. Acesso em: 18 mar. 2016.

IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 4ed. São Paulo: IBGC, 2009. Disponível em: <http://www.acquisitions.com.br/pdf/Codigo_Melhores_Praticas_de_GC.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2016.

IBGE. **Censo demográfico 2010: mapas de demografia por estado brasileiro**. 2013. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=806&cod_menu=805&tipo_menu=POPULA&cod_conteudo=1386>. Acesso em: 26 mar. 2016.

IBGE. **IBGE Cidades**: Santa Maria, 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431690>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf>. Acesso em: 10 abr.2016.

ITEC UNIFRA. **Portal da Incubadora Tecnológica do Centro Universitário Franciscano**. Disponível em: <<http://www.unifra.br/Site/Indexador/DetalhesNoticias/DetalhesNoticias/3311?page=2>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

ITEFAMES. **Portal da Incubadora Tecnológica da Faculdade Metodista de Santa Maria**. Disponível em: < <http://fames.edu.br/noticias/fames-da-inicio-a-trabalho-com-incubadora> >. Acesso em: 2 mar. 2016.

ITSM. **Portal da Incubadora Tecnológica de Santa Maria**. Disponível em: < <http://coral.ufsm.br/itsm/> >. Acesso em:12 abr.2016.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**: desafios de um processo em construção. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)/ Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco (Seplan), 1998. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/DOCS/B1128P/B1128P.PDF>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior: agency costs and ownership structure. **The Journal of Financial Economics**, v.3, p.305–360, 1976. Disponível em: < http://uclafinance.typepad.com/main/files/jensen_76.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2016.

JONES, C.; HESTERLY, W.S.; BORGATTI, S.P. A general theory of network governance: exchange conditions and social mechanisms. **Academy of Management Review**, Birmingham, v.22, n.4, p.911-945, Oct./Dec. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072012000100009>. Acesso em: 2 mai. 2016.

KAUFMANN. **Kaufmann Index for Startup Activity**. Disponível em: <http://www.kauffman.org/~media/kauffman_org/research%20reports%20and%20covers/2015/05/kauffman_index_startup_activity_national_trends_2015.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2016.

KWASNICKA, D. L. Governança gestora na rede de negócios: um estudo comparativo. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios – RBGN**, v.8, n.21, p.33-42, mai./ago. 2006. Disponível em: < <http://www.fecap.br/rbgn/revista/RAP-N23.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

LAGE, M. C. Utilização de software NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 12, p.198-226, 2011. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/2313/pdf_57>. Acesso em: 25 fev. 2016.

LASTRES, H. M M.; CASSIOLATO, J. E. Glossário de Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. **Arranjos Produtivos Locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE**. 4rev, nov., 2004. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289323549.pdf >. Acesso em: 24 mar. 2016.

LEMOS, A. R.; SILVA, C. E. L.; CARDOSO, R. Uma revisão bibliográfica sobre parques tecnológicos como fundamentação conceitual para concepção de um centro de referência na Bacia de Campos. In: **Anais do XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.klam.com.br/labrisk/arquivos/enegep2011_TN_STO_145_912_18774.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

LIMA, M. J. G. Políticas públicas e desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: a governança como elemento político e social de desenvolvimento econômico. In: **Papel dos parques tecnológicos no desenvolvimento regional**, BEM, J. S. (org.), Caxias do Sul: EDUCS, 2013. Disponível em: <http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/PAPEL_PARQUES_TECNOLOGICOS_EDUCS_E_BOOKS.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

LUNDEVALL, B. A. Innovation as an interactive process: from user-producer interaction to the national system of innovation. In: **Technical change and economic theory**, DOSI, G. et al. (org.). Londres: Pinter Publishers, 1988. Disponível em: <<http://www.carlotaperez.org/downloads/pubs/StructuralCrisesOfAdjustment.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

MANTOVANELI Jr., O.; SAMPAIO, C. A. C. Governança para o desenvolvimento territorial sustentável. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 18, dez. 2010. Disponível em: <http://www.rbciamb.com.br/images/online/RBCIAMB-N18-Dez-2010-Materia08_artigos263.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2016.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados, 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MATTOS, K. M. C.; MATTOS, K. M. C.; MATTOS, A. Valoração econômica do meio ambiente dentro do contexto do desenvolvimento sustentável. **Revista Gestão Industrial**, v. 1, n. 2, p. 109-121, 2005. Disponível em: <<http://www.pg.utfpr.edu.br/ppgep/revista/revista2005/PDF2/Art09Vol1Nr2.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

MASSEY, D.; QUINTAS, P.; WIELD, D. **High tech fantasies**: science parks in society, science and space. Routledge, 1992. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=LrqJAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=P1&ots=1jcKLnXma&sig=wtN3ruL8iwL39KhxT5OMksrRDpM&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 mar. 2016.

MEDEIROS, J. A. **As novas tecnologias e a formação dos polos tecnológicos brasileiros**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo/USP, 1990. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/as-novas-tecnologias-e-a-formacao-dos-polos-tecnologicos-brasileiros>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

_____. **Polos tecnológicos e competitividade**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo/USP, 1993. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/polos-tecnologicos-e-competitividade>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

MELO, L. J. **Governança e gestão dos ativos de conhecimento em ambientes de inovação**: estudo de caso sobre o Parque Tecnológico do Rio. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/posgraduacao/pped/defesas/18Leonardo_de_Jesus_Melo.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

METAL CENTRO. **Portal do APL Metal Centro**. Disponível em: <http://metalcentro.com.br/?page_id=37>. Acesso em: 3 abr. 2016.

MCTI. **Portaria MCT nº 139**, de 10.03.2009: Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI). Brasília: MCTI, 2009. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/300177.html?ok>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

MCTI; UNB. **Estudo de projetos de alta complexidade**: indicadores de parques tecnológicos – versão final. Brasília: MCTI/UNB, 2014. Disponível em: <http://www.anprotec.org.br/Relata/PNI_FINAL_web.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1996.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.argocom.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acesso em: 7 fev. 2016.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, Curitiba, jul-ago, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a01v15n4.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

NEFF, H. G. **Análise das condições proporcionadas pelos parques tecnológicos para a competitividade das empresas instaladas**: o caso das empresas de TI localizadas no Tecnopuc. Dissertação – Mestrado em Administração e Negócios, Programa de Pós-graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/1137/1/000443577-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

NORMAND, R. **Vale do silício**: entenda como funciona a região mais inovadora do planeta. v. 1.03. San Francisco: Space Agency, 2014. Disponível em: <<http://www.valedosilicio.com/arquivos/livro.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

OLIVEIRA, D. P. R. **Governança corporativa na prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Ecosistemas e o bem-estar humano**: estrutura para uma avaliação. Washington: World Resources Institute, 2003.

PARLAMENTO EUROPEU. **Mapping smart cities in the EU: study**. Bruxelas, 2014. Disponível em: < <http://www.smartcities.at/assets/Publikationen/Weitere-Publikationen-zum-Thema/mappingsmartcities.pdf> >. Acesso em: 30 mar. 2016.

PESSÔA, L. C.; CIRANI, C. B. S.; SILVA, M. M.; RANGEL, A. S. Parques tecnológicos brasileiros: uma análise comparativa de modelos de gestão. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 253-273, abr.-jun., 2012. Disponível em: < http://www.revistarai.org/rai/article/view/940/pdf_1 >. Acesso em: 5 fev. 2016.

PINHEIRO, A. S.; CARRIERI, A. de P.; JOAQUIM, N. de F. Esquadrinhando a governança corporativa: o comportamento dos personagens sob o ponto de vista dos discursos dos autores acadêmicos. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 24, n. 63, p. 231-242, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151970772013000300006&script=sci_arttext>. Acesso em: 5 mar. 2016.

PLANO. **Plano estratégico de desenvolvimento de Santa Maria 2014-2030**. ADESM, Santa Maria: 2013. Disponível em: <http://adesm.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Doc_Base_Plano_Estrategico_de_Desenvolvimento_SM.29.10.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

PORTO DIGITAL. **Portal Porto Digital**: Iniciativa privada, governo e universidades. Disponível em: < <http://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital/iniciativa-privada-governo-e-universidades> >. Acesso em: 15 mar. 2016.

POSCH, A. Industrial recycling networks as starting points for broader sustainability-oriented cooperation? **Journal of Industrial Ecology**, v.14, n. 2, p. 242-257, mar-abr, 2010.

PRADELLA, S. Os parques científicos tecnológicos e a inovação: reflexos no desenvolvimento local. In: **Anais**: Encontros Nacionais da ANPUR. v. 15, 2013. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4326/419>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

PROVAN, K.; KENIS, P. Modes of network governance: structure, management and effectiveness. **Journal of Public Administration Research and Theory**, Oxford, UK, v.18, n.2, p.229-252, 2008. Disponível em: <<http://faculty.cbpp.uaa.alaska.edu/afgjp/PADM601%20Fall%202011/Modes%20of%20Network%20Governance.%202008.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

RAMPAZZO, R. **Metodologia científica para alunos de graduação e pós-graduação**. Lorena: Siciliano, 2005.

RECANTO. **Portal da Incubadora Recanto**. Disponível em: <<http://faculdadeam.yco.com.br/IncubadoraRecanto> >. Acesso em: 2 mar. 2016.

RIBEIRO, H. C. M. Produção acadêmica dos temas governança corporativa e sustentabilidade: uma análise dos últimos 14 anos nos periódicos internacionais. **Revista Economia e Gestão**, v. 14, n. 35, p. 5-34, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/P.1984-6606.2014v14n35p5> >. Acesso em: 22 mar. 2016.

RODRIGUES, A. L.; MALO, M. C. Estruturas de governança e empreendedorismo coletivo: o caso dos Doutores da Alegria. **Revista de Administração Contemporânea**, v.10, n.3, p.29-50, 2006. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/17960/estruturas-de-governanca-e-empreendedorismo-coletivo--o-caso-dos-doutores-da-alegria>>. Acesso em: 2 mai. 2016.

RODRIGUES, R. F. **Parques tecnológicos: relações entre território e inovação e os desafios das políticas e práticas territoriais na criação de valor compartilhado**. Tese – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122781/325606.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

RORATO, G. Z. **Descentralização e planejamento: o caso dos conselhos regionais de desenvolvimento no Rio Grande do Sul**. 2009. Dissertação – Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15867/000689811.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 abr.2016.

ROTH, A. L.; WEGNER, D.; ANTUNES Jr., J.A.V.; PADULA, A.D. Diferenças e inter-relações dos conceitos de governança e gestão de redes horizontais de empresas: contribuições para o campo de estudos. **Revista de Administração**, v.47, n.1, p.112-123, jan./fev./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v47n1/v47n1a08.pdf> >. Acesso em: 2 mai. 2016.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAMPAIO, C. A. C. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações**. Blumenau: Edifurb, 2010.

SANTA MARIA EM DADOS. **Portal Santa Maria em Dados**, Agência de Desenvolvimento de Santa Maria, 2012. Disponível em: <<http://santamariaemdados.com.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SANTOS, D. A. **Cooperação tecnológica universidade-empresa-governo: um estudo de casos múltiplos da Universidade Federal de Sergipe**. 2011. Dissertação – Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2011. Disponível em: <http://200.17.141.110/pos/economia/dissertacoes/a09/Dissertacao_de_%20Danielle_Andrade_dos_Santos.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.

SEMINDE. **Portal do Polo de Defesa de Santa Maria e do Seminário Internacional de Defesa**. Disponível em: <<http://seminde.com/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

SERRANO, A. F.; ARAÚJO, H. E.; PINTO, L. M.; CODES, A. L. M. A migração como fator de distribuição de pessoas com alta escolaridade no território brasileiro, Cap. 12. In: **Brasil em desenvolvimento, 2013: estado, planejamento e políticas públicas**, v. 3, IPEA: Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_desenvolvimento2013_vol03.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertações**. Florianópolis: Laboratório de ensino à distância da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SILVEIRA, A. M. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SM TECNOPARQUE. **Portal Institucional do Parque Tecnológico de Santa Maria/RS**. Disponível em: <<http://santamariatecnoparque.com.br/institucional/>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

SOUSA, F. L. **Perspectivas setoriais**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, 2012.

SPOLIDORO, R.; AUDY, J. **Parque Científico e tecnológico da PUCRS - TECNOPUC** - Capítulo 2: Origens e evolução dos parques tecnológicos. EDIPUCRS. Disponível em: < <http://www.pucrs.br/edipucrs/tecnopuc/capitulo2.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

STANKOVIĆ, I.; GOCIĆ, M.; TRAJKOVIĆ, S. Forming of Science and Technology Park as an Aspect of Civil Engineering. **Facta Universitatis**, v.7, n.1, p.57-64. 2009. Disponível em: <<http://www.doiserbia.nb.rs/img/doi/0354-4605/2009/0354-46050901057S.pdf>>. Acesso em 24 fev. 2016.

STARTUP WEEKEND. **Portal da organização Startup Weekend**. Disponível em: < <https://startupweekend.org/>>. Acesso em: 20 mai 2016.

STEINER, J. E.; CASSIM, M. B.; ROBAZZI, A. C. **Parques Tecnológicos: Ambientes de Inovação**, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/steiner cassim robazzi parque tec.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

STOPPER, M. Regional Technology Coalitions an Essential Dimension of National Technology Policy. **Research Policy**. Elsevier, v. 24, n. 6, p. 895-911, 1995. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0048733394008108>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

STROBEL, J. S. **Modelo para mensuração da sustentabilidade corporativa através de indicadores**. Dissertação – Mestrado em Engenharia de Produção, Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102809/223696.pdf?sequencia=1>>. Acesso em 30 mar. 2016.

SUZIGAN, W.; GARCIA, R.; FURTADO, J. Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção. **Gestão & Produção**, São Carlos, v.14, n.2, p.425-439, maio-ago, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/gp/v14n2/16.pdf>>. Acesso em: 3 mai. 2016.

TAKAHASHI, S.; TAKAHASHI, V. P. **Gestão da inovação dos produtos: estratégia, processo, organização e conhecimento**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

TARTARUGA, I. G. P. **Inovação, território e cooperação: um novo panorama da geografia econômica do Rio Grande do Sul.** Tese – Doutorado em Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/106435/000943798.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

TENÓRIO, F. G. (org.). **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática.** Rio de Janeiro: FGV, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/novosolhares/article/viewFile/8175/7540>>. Acesso em: 4 mai. 2016.

TIDD, J., BESSANT, J.; PAVITT, K. **Managing Innovation: integrating technological, managerial organizational change.** 3º Ed. Nova York: McGraw-Hill, 2005.

THEURL, T. From corporate to cooperative governance. In: THEURL, T. **Economics of Interfirm Networks.** Tubingen: Mohr Siebeck, 2005. p.149-192. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000188&pid=S0080-2107201200010000900032&lng=es>. Acesso em: 8 mai. 2016.

THOMPSON, A. A.; STRICKLAND, A. J.; GAMBLE, J. E. **Administração estratégica.** 15. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2008.

TREVISAN, M. **A ecologia industrial e as teorias de sistemas, institucional e da dependência de recursos a partir dos atores de um parque tecnológico.** Tese – Doutorado em Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/78035/000898433.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UFSM NA MÍDIA. **Santa Maria Tecnoparque é inaugurado com a presença de centenas de pessoas.** Santa Maria: 13 dez. 2013. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/midia/?p=11443>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

UNESCO. **Science policy and capacity-building: science and technology park governance,** 2016. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/science-technology/university-industry-partnerships/science-and-technology-park-governance/concept-and-definition/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

UNESCO-WTA. **UNESCO-WTA initiatives: science park and technology business incubator (2006-2010)**. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/sc_unesco-wta_initiatives_en.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

VEDOVELLO, C. A. Aspectos relevantes de parques tecnológicos e de incubadoras de empresas. **Revista do Banco Nacional de Desenvolvimento**, v. 7, n. 14, p. 237-300, Rio de Janeiro, dez. 2000. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1410.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

____; JUDICE, V. M. M.; MACULAN, A. M. D. Revisão crítica às abordagens a parques tecnológicos: alternativas interpretativas às experiências brasileiras recentes. **Revista de Administração e Inovação**, v.3. 2006. Disponível em: <<http://www.revistarai.org/rai/article/view/58/88>>. Acesso em: 25 fev. 2016

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. Disponível em: <<http://www.garamond.com.br/arquivo/240.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

WCDE. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WEGNER, D. **Governança, gestão e capital social em redes horizontais de empresas**: uma análise das relações com o desempenho das empresas participantes. Tese (Doutorado em Administração). 204p. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27955/000767883.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 2 mai. 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMPIERI, N. L. V. **Empreendedorismo de Base Tecnológica e Desenvolvimento Regional: caso ITSM**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Maria, 2010. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3484>. Acesso em: 15 mar. 2016.

ZAMPIERI, N. V.; SANTOS, C. S.; DE GREGORI, D. Santa Maria Tecnoparque – aplicação prática da Triple Helix. In: **Anais do 2º Fórum Internacional Ecoinnovar**, Santa Maria, 2013. Disponível em: <<http://ecoinovar.com.br/cd2013/arquivos/artigos/ECO294.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

ZERO HORA. **Celeiro de formação**: Santa Maria é o 3º maior exportador de mão de obra com ensino superior do Brasil. Reportagem – 04 dez. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/12/santa-maria-e-o-3-maior-exportador-de-mao-de-obra-com-ensino-superior-do-brasil-4353962.html>>. Acesso em 15 fev. 2016.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS GESTORES DO SM TECNOPARQUE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Esta entrevista compõe a dissertação de mestrado de Anderson Cougo da Cruz do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria, orientado pelo Prof. Dr. Marcelo Trevisan. O objetivo do estudo é analisar como a governança existente no SM Tecnoparque influencia para o Desenvolvimento Regional Sustentável de Santa Maria. A análise dos dados será feita em conjunto e somente para fins acadêmicos, a garantir o anonimato do entrevistado.

DIRETORIA:

DATA/HORA:

1. Qual é a visão sobre o ambiente de C&T no estado/país? Quais são os principais parceiros do parque nestes aspectos (MCT, FINEP etc.)?
2. Qual(ais) a(s) área(s) de concentração e atração de negócios para o SM Tecnoparque? Há alguma(s) nova(s) área(s) de atuação em emergência ou de possível interesse?
3. Existe uma visão estratégica para o SM Tecnoparque? Há algum tipo de planejamento de longo prazo?
4. Quais são as principais redes que o SM Tecnoparque integra atualmente? As empresas utilizam estas redes de alguma maneira?
5. Quais foram os fatores determinantes (dois ou três) para que as atuais empresas residentes se instalassem no SM Tecnoparque?
6. Qual é a infraestrutura de serviços que o SM Tecnoparque oferece para as empresas? A equipe do SM Tecnoparque teve ou tem algum treinamento específico?
7. Existe um sistema de gestão e acompanhamento das empresas? Caso exista, este mecanismo é capaz de orientar os processos de:

- i. Desenvolvimento de práticas e/ou políticas ambientais;
- ii. Desenvolvimento de práticas e/ou políticas econômicas;
- iii. Desenvolvimento de práticas e/ou políticas sociais.

8. O SM Tecnoparque consegue, de fato, fazer com que as empresas criem e reformulem competências para a inovação? Elas se tornam mais competitivas? E estas vantagens, são sustentáveis? Cite um exemplo:

9. Em resumo, quais são os principais desafios/problemas enfrentados pelo SM Tecnoparque atualmente?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS EMPRESAS RESIDENTES DO SM TECNOPARQUE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Esta entrevista compõe a dissertação de mestrado de Anderson Cougo da Cruz do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria, orientado pelo Prof. Dr. Marcelo Trevisan. O objetivo do estudo é analisar como a governança existente no SM Tecnoparque influencia para o Desenvolvimento Regional Sustentável de Santa Maria. A análise dos dados será feita em conjunto e somente para fins acadêmicos, a garantir o anonimato do entrevistado.

EMPRESA:

DATA/HORA:

1. Faça uma breve apresentação da sua empresa (e sobre as operações dela no RS, caso tenha sede em outro estado ou país):
2. Cite 2 palavras-chave que identifiquem a influência do SM Tecnoparque para a cidade de Santa Maria (aprofundar):
3. O quê você entende por desenvolvimento regional sustentável? Este é um tema relevante para o SM Tecnoparque?
4. O que mudou na rotina interna das empresas por estarem inseridas no parque? Especificamente em termos de:
 - i. Desenvolvimento de práticas e/ou políticas ambientais;
 - ii. Desenvolvimento de práticas e/ou políticas econômicas;
 - iii. Desenvolvimento de práticas e/ou políticas sociais.
5. A localização no SM Tecnoparque trouxe vantagens em relação à imagem da empresa e à cooperação com outras empresas do parque e com universidades? Por quê?
6. Ter oportunidade de interagir com universidades e outras empresas é um fator

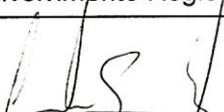
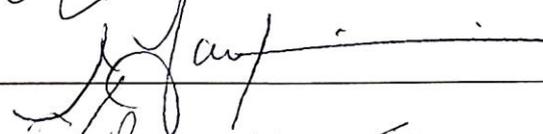
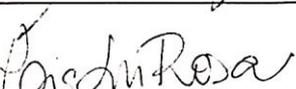
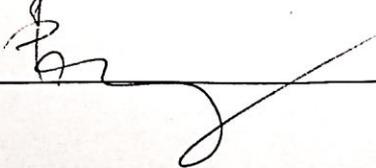
preponderante? Esta relação pode acontecer mesmo sem a proximidade geográfica?

7. Quais são as principais redes que a empresa integra e qual é a frequência da relação? Quais foram as iniciadas (econômica, ambiental e social) após o ingresso no SM Tecnoparque? Como elas contribuem para o desenvolvimento de Santa Maria?

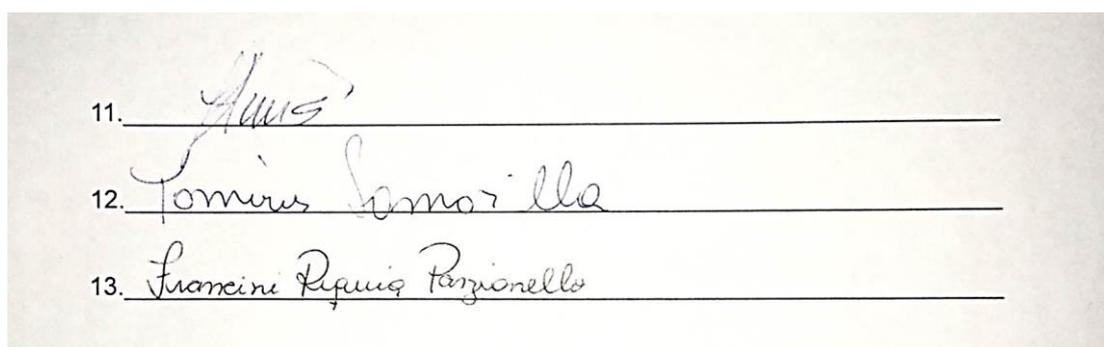
8. Estar no SM Tecnoparque torna a empresa mais competitiva no mercado? Em quais aspectos?

APÊNDICE C – ASSINATURAS DOS ENTREVISTADOS**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Declaro que respondi às questões a contribuir para a dissertação de mestrado de Anderson Cougo da Cruz do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria, orientado pelo Prof. Dr. Marcelo Trevisan, intitulada "Governança em Ambientes de Inovação para o Desenvolvimento Regional Sustentável: o Santa Maria Tecnoparque.

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 

Verso do Apêndice C



ANEXO A – LEI DE INOVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

LEI MUNICIPAL Nº 5306, DE 04 DE MAIO DE 2010

Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Município de Santa Maria e dá outras providências.

CEZAR AUGUSTO SCHIRMER, Prefeito Municipal do Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, em conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 99, inciso III, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Município de Santa Maria, visando à capacitação em ciência, tecnologia e inovação e o desenvolvimento econômico e social sustentável do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei considera-se:

- I. **Inovação:** a introdução de um novo produto, serviço, marketing, processo ou modo de organização e gestão, nos ambientes produtivo, social ou ambiental, bem como o aperfeiçoamento dos já existentes, que resulte em efetivo ganho de qualidade ou produtividade, maior competitividade no mercado e melhoria na qualidade de vida;
- II. **Agência de Fomento:** órgão ou entidade de natureza pública ou privada que tenha entre seus objetivos o fomento e o financiamento de ações que visem incentivar e promover o desenvolvimento da pesquisa, da ciência, da tecnologia e da inovação;

- III. **Instituições Científicas e Tecnológicas – ICT/SM:** órgão ou entidade pública ou privada, sediada no município de Santa Maria e que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa de caráter científico ou tecnológico, e desenvolver ações destinadas a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;
- IV. **Instituição de Apoio:** órgão ou entidade que tem entre suas finalidades apoiar projetos inovadores de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico;
- V. **Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia - NITT:** unidade de uma ICT/SM constituída com a finalidade de orientar as atividades de inovação de interesse da sociedade e promover a gestão da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia; Estado do Rio Grande do Sul Prefeitura Municipal de Santa Maria Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa
- VI. **Parque Tecnológico:** conjunto de instituições empresariais estruturadas de maneira planejada, concentrada e cooperativa, para promover a cultura do empreendedorismo e da inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas por meio da criação e fortalecimento de empresas inovadoras de base tecnológica e da interação com Centros de Pesquisa e Desenvolvimento, Instituições Científicas e Tecnológicas ou Incubadoras Tecnológicas;
- VII. **Incubadora de Empresas:** organização ou sistema que estimula e apóia a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras, por meio do provimento de infraestrutura básica compartilhada, da formação complementar do empreendedor e do suporte para alavancagem de negócios e recursos, visando facilitar os processos de inovação tecnológica e a competitividade;
- VIII. **Arranjo Produtivo Local (APL):** aglomeração de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa; e

- IX. **Empresa de Base Tecnológica – EBT:** empresa legalmente constituída, sediada em Santa Maria, cuja atividade produtiva é direcionada para o desenvolvimento ou o aprimoramento de produtos, processos e/ou serviços baseados na aplicação sistemática de conhecimentos científicos e/ou tecnológicos.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE SANTA MARIA - COMCETI

Art. 3º Fica instituído o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Maria - COMCETI, com a finalidade de promover a discussão, a proposição e o acompanhamento das políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação, de interesse do Município, bem como a análise dos incentivos às empresas inovadoras de base tecnológica.

Art. 4º Integram o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Maria - COMCETI:

- I. 01 (um) representante da Secretaria de Município de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Projetos Estratégicos, que será responsável pela articulação, estruturação e gestão do Conselho;
- II. 01 (um) representante da Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa;
- III. 01 (um) representante da Secretaria de Município de Cultura;
- IV. 01 (um) representante da Proteção Ambiental;
- V. 01 (um) representante do Escritório da Cidade;
- VI. 01 (um) representante da Secretaria de Município de Finanças;
- VII. 03 (três) representantes da Universidade de Santa Maria, sendo 01 (um) representante da UFSM, 01 (um) representante da ULBRA/SM, 01 (um) representante da UNIFRA;
- VIII. 01 (um) representante da Associação Parque Tecnológico de Santa Maria;
- IX. 01 (um) representante de cada uma das Incubadoras Tecnológicas de Santa Maria; Estado do Rio Grande do Sul Prefeitura Municipal

de Santa Maria Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa

- X. 01 (um) representante da CACISM;
- XI. 01 (um) representante da AJESM;
- XII. 01 (um) representante do SEPRORGS;
- XIII. 01 (um) representante do SEBRAE; e
- XIV. 01 (um) representante do Núcleo de Inovação Tecnológica da UFSM.

Art. 5º São atribuições do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Maria:

- I. A articulação das atividades das diversas instituições públicas e privadas que atuam direta ou indiretamente em Ciência, Tecnologia e Inovação no Município de Santa Maria;
- II. A estruturação de ações mobilizadoras e o apoio ao desenvolvimento tecnológico e inovador;
- III. A interação com os arranjos produtivos locais;
- IV. A análise do mérito dos pedidos de incentivos às empresas inovadoras de base tecnológica;
- V. O estabelecimento das prioridades da política municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- VI. A concessão do prêmio “INOVA SANTA MARIA” como fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação; e
- VII. Outras atribuições correlatas.

Art. 6 Compete ao COMCETI a elaboração do seu regimento interno, o estabelecimento do processo de solicitação de incentivos, incluindo as condições de enquadramento para o seu recebimento, em um prazo de até 90 dias, a partir da nomeação de seus integrantes.

CAPÍTULO III

DO ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

Art. 7º O Município de Santa Maria incentivará as tecnologias inovadoras das empresas santamarienses, ICT's e entidades de direito privado sem fins lucrativos, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura, a serem ajustados em termos de parceria, convênios ou contratos específicos, de acordo com a Política Municipal de Inovação estabelecida pelo COMCETI.

Art. 8º O Município desenvolverá programas específicos para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive quando estas estiverem incubadas.

CAPÍTULO IV DO FOMENTO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Art. 9º O Poder Público Municipal fomentará as tecnologias inovadoras das empresas santamarienses mediante a concessão de incentivos fiscais para a consecução dos objetivos estabelecidos nesta Lei. stado do Rio Grande do Sul Prefeitura Municipal de Santa Maria Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa.

Seção I Dos Benefícios Fiscais

Art. 10. As empresas classificadas, conforme tabela abaixo, terão redução da alíquota do ISSQN para 2%:

Código CNAE 2.0 Subclasse	Denominação
6201-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
7210-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais
7220-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas
8220-2/00	Atividades de tele atendimento

Art. 11. As empresas inovadoras de base tecnológica, que desenvolverem, na sede da empresa em Santa Maria, novos bens, produtos ou serviços, quando detentores da respectiva propriedade intelectual, em seu nome, mediante o protocolo do Certificado junto ao COMCETI, terão isenção de IPTU da seguinte forma:

- I. 01 (um) Certificado no ano: Isenção de um (um) ano de IPTU;
- II. 02 (dois) Certificados no ano: Isenção de dois (dois) anos de IPTU;
- III. 03 (três) Certificados no ano: Isenção de três (três) anos de IPTU;
- IV. 04 (quatro) ou mais Certificados no ano: Isenção de cinco (cinco) anos de IPTU.

§ 1º O incentivo será concedido ao proprietário do imóvel onde é desenvolvida a atividade da pessoa jurídica a quem será concedido o benefício.

§ 2º O incentivo para o imóvel locado somente será concedido se constar do contrato de locação cláusula de transferência do encargo tributário para o locatário.

§ 3º Não se inclui no benefício do IPTU a isenção da taxa de coleta de lixo.

§ 4º Não se incluem neste artigo os direitos de propriedade intelectual sobre marcas.

Art. 12. As empresas classificadas acima, as de base tecnológica e as que comprovarem a incorporação de tecnologias inovadoras aprovadas pelo COMCETI, poderão requerer ainda os seguintes benefícios fiscais:

- I. Isenção da Taxa de Licença para execução de obras;
- II. Isenção da Taxa de Vistoria Ambiental;
- III. Isenção do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU).
- IV. Isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), incidentes sobre a compra do imóvel pela empresa ou instituição, destinado a sua instalação;
- V. Redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) até o percentual mínimo previsto em legislação superior; estado do Rio Grande do Sul Prefeitura Municipal de Santa Maria Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa
- VI. Apoio na infraestrutura básica como: terraplenagem, rede elétrica, água ou poço artesiano, rede telefônica, pavimentação e outras benfeitorias que se fizerem necessárias; e
- VII. Repasse de valores para o pagamento de locação de área física destinada à instalação do empreendimento.

Parágrafo único. Para obter os incentivos dispostos acima, as empresas enquadradas no caput deste artigo deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos da União, do Estado e do Município e comprovar, anualmente, junto à Secretaria de Município de Finanças, sua filiação à Associação Parque Tecnológico de Santa Maria, entidade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.639.521/0001-47.

Seção II

Dos demais Benefícios e Prêmios

Art. 13. O Município de Santa Maria, por intermédio do COMCETI, poderá conceder, anualmente, o prêmio “INOVA SANTA MARIA”, em reconhecimento a pessoas, a instituições e a empresas que se destacarem na promoção do conhecimento e prática da inovação e na geração de processos, bens e serviços inovadores no município.

Parágrafo único. O prêmio de que trata o caput deste artigo terá seus critérios estabelecidos em regulamento específico a ser elaborado pelo COMCETI.

CAPÍTULO V

DA INSTITUIÇÃO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS E PARQUES TECNOLÓGICOS

Art. 14. O Poder Público Municipal manterá programa de desenvolvimento empresarial, podendo apoiar a criação de incubadoras tecnológicas, com a finalidade de desenvolver microempresas e empresas de pequeno porte inovadoras, de base tecnológica, de vários setores de atividade.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal, por intermédio do COMCETI, será responsável pela implementação do programa de desenvolvimento empresarial referido no caput deste artigo, em parceria com entidades de pesquisa e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, entidades empresariais, órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica e outras instituições de apoio.

Art. 15. O Poder Público Municipal apoiará iniciativas de criação e implementação de parques tecnológicos, inclusive mediante aquisição ou desapropriação de áreas situadas no Município para esta finalidade.

Art. 16. O Poder Público Municipal poderá alocar, em seu orçamento, recursos para a operação e manutenção de Incubadoras e Parques Tecnológicos durante seus primeiros anos de operação.

Art. 17. Para a consecução dos objetivos de que tratam os artigos 15 e 16, o Município poderá celebrar instrumentos jurídicos apropriados, inclusive convênios e contratos, com órgãos da Administração direta ou indireta, federal ou estadual, bem como, com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, entidades empresariais, instituições de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação tecnológica. estado do Rio Grande do Sul Prefeitura Municipal de Santa Maria Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações constantes do orçamento municipal.

Art. 19. O Poder Público Municipal alocará, em seu orçamento, recursos para a operação e manutenção da Associação Parque Tecnológico de Santa Maria, entidade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.639.521/0001-47, durante os primeiros cinco anos de operação.

Art. 20. O quadro demonstrativo de compensação da redução de alíquota nos incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica e demais isenções previstas na presente lei será incorporado ao “Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita” do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único. A Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá incluir, anualmente, demonstração de renúncia de receita relativa a redução de alíquota nos incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica e demais isenções previstas nesta lei.

Art. 21. As demais disposições desta Lei entrarão em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Maria, aos 04 (quatro) dias do mês de maio do ano de 2010.

Cezar Augusto Schirmer

Prefeito Municipal

ANEXO B – MAPA ESTRATÉGICO DO MOVIMENTO “A SANTA MARIA QUE QUEREMOS”

